

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Instituto de Ciências Sociais

Graduação em Ciências Sociais

Aline Mariane Cazetta

**OS INTERESSES E OS ATORES SOCIAIS EM JOGO NOS ARTIGOS
CIENTÍFICOS SOBRE O AGRONEGÓCIO**

Uberlândia

2018

Aline Mariane Cazetta

**OS INTERESSES E OS ATORES SOCIAIS EM JOGO NOS ARTIGOS
CIENTÍFICOS SOBRE O AGRONEGÓCIO**

Monografia apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais.
Orientador: Prof. Dr. Luciano Senna Peres Barbosa

Uberlândia

2018

Aline Mariane Cazetta

**OS INTERESSES E OS ATORES SOCIAIS EM JOGO NOS ARTIGOS
CIENTÍFICOS SOBRE O AGRONEGÓCIO**

Monografia aprovada como exigência parcial para a
obtenção dos títulos de bacharelado e licenciatura em
Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências Sociais da
Universidade Federal de Uberlândia (MG) pela banca
formada por:

Prof. Dr. Luciano Senna Peres Barbosa (Orientador)

Prof. Dr. Moacir de Freitas Junior (Banca Examinadora)

Prof. Dr. Paulo Henrique Sette Ferreira Pires Granafei (Banca Examinadora)

Uberlândia (MG), ____/____/____.

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de melhor entender as discussões apresentadas no meio científico de diversas áreas do conhecimento, acerca do agronegócio enquanto conceito. Para isso, foi realizado um levantamento bibliográfico de artigos disponíveis na base de dados *Scielo (Scientific Electronic Library Online)* que abordaram o tema agronegócio. Sobre essa bibliografia foi desenvolvida uma análise crítica que foi fundamentada em uma pesquisa preliminar que adentra as questões que tem tido maior relevância científica no meio acadêmico após o início da utilização do termo agronegócio. Nesse contexto, foram feitas avaliações das disputas e das perspectivas de ideias que foram desenvolvidas na bibliografia consultada. Nessas avaliações procurou-se melhor compreender quais são os caminhos que têm sido propostos pelas pesquisas científicas para o futuro do desenvolvimento rural no Brasil. Procurou-se também determinar qual o posicionamento implícito e simbólico do uso dos termos mais utilizados nessas pesquisas. Além disso, procurou-se detectar quais são os interesses que estão em jogo quando as pesquisas abordam o agronegócio e quais os atores sociais que fazem parte destes debates.

Palavras-chave: Agronegócio. Produção científica. Desenvolvimento rural.

ABSTRACT

THE INTERESTS AND THE SOCIAL ACTORS INVOLVED IN SCIENTIFIC ARTICLES ON AGRIBUSINESS

The present work aimed to better understand the discussions placed in the scientific environment, of several areas of knowledge, about agribusiness as a concept. Thus, a bibliographic survey was carried out in the *Scielo* (Scientific Electronic Library Online) database looking for articles regarding the agribusiness as subject, after the establishment of this term in the scientific environment. A critical analysis was developed on this bibliography. This critical analysis was based on a preliminary research which addressing issues that have had greater scientific relevance in the academic environment after the beginning of the use of the term agribusiness. In this context, evaluations of the disputes and perspectives of ideas that were placed in the consulted bibliography were made. In these evaluations we focused on better understand the ways that have been proposed by scientific research for the future of rural development in Brazil. It was also sought to determine the implicit and symbolic positioning of the use of the most used terms in these articles. In addition, we sought to identify the interests that were at stake in researches addressing the term agribusiness, and which social actors were involved in debates reported in literature.

Keywords: Agribusiness. Scientific production. Rural development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Posicionamento das pesquisas ao longo do desenvolvimento do trabalho.....	18
Figura 2 - Concentração de áreas das pesquisas de cunho não crítico analisadas.....	19
Figura 3 - Concentração de áreas das pesquisas de cunho crítico ao agronegócio	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Recorrência de termos nas pesquisas de cunho crítico ao agronegócio referente a buscas realizadas em julho de 2018.....	23
Tabela 2 - Recorrência de termos nas pesquisas de cunho crítico ao agronegócio referente a buscas realizadas em julho de 2018.....	36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ESALQ-USP – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PIB – Produto Interno Bruto

Scielo – Scientific Electronic Library Online

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPITULO 1 – PESQUISAS DE CARÁTER ACRÍTICO AO AGRONEGÓCIO	17
CAPITULO 2- ATORES INVISÍVEIS.....	32
CONCLUSÃO.....	45
REFERÊNCIAS	48

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento rural no mundo possui uma importância ímpar, visto que este é setor que se dedica a produzir a alimentação da população. Quase todos os outros setores de produção dependem de algum modo deste setor primário. Sendo assim, desenvolvê-lo diminuindo o impacto ambiental, valorizando os trabalhadores da área e produzindo ciência para concretizar esses objetivos é de suma importância. Na atualidade brasileira, a importância da produção rural se expande, pois, este setor detém uma grande parcela do produto interno bruto, é o meio de sustento de muitas famílias e dele dependem diversas cadeias produtivas, como por exemplo, o setor energético e as indústrias têxtil e de cosméticos.

No sistema econômico que hoje vivemos, analisar os rumos que essa produção científica tem tomado e quais caminhos estamos seguindo também é necessário, a fim de entender quais interesses tem se priorizado e de que forma isso tem sido feito, baseando-se na não neutralidade da produção científica e do jogo de interesses que a cerca. Compreenderemos então um pouco das principais categorias de análise que cercaram os debates do desenvolvimento rural no Brasil antes da chegada do chamado agronegócio e dedicarei a melhor compreender como eles tem se dado após esse marco no Brasil.

A agricultura e a pecuária no mundo sempre tiveram uma importância ímpar no desenvolvimento das sociedades humanas, uma vez que desde os primórdios foi o domínio das técnicas de plantio e de criação de animais que permitiram a estabilização e um maior controle sobre sua alimentação, não dependendo mais de constantes deslocamentos e da busca de alimentos através somente da coleta e da caça. Esse domínio permitiu o desenvolvimento das sociedades ao formato que conhecemos hoje. O que é importante entender desse processo é que a chave para o sucesso de qualquer espécie é a alimentação e o que a agricultura pode dar de diferencial para o desenvolvimento humano foi a segurança alimentar (PORTO-GONÇALVES, 2006).

A segurança alimentar é então, desde o surgimento da agricultura e da pecuária, uma busca constante do ser humano e resolver essa questão é um debate que permeia toda a nossa história até a atualidade. O conceito de segurança alimentar, pode ser definido, segundo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (cf. BRASIL, [201?]), como o conjunto de ações e estratégias que visam a concretização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos suficientes para a satisfação das necessidades básicas e de qualidade. É nesse sentido que os debates sobre agricultura são complexos e permeiam diversos âmbitos

e perspectivas, uma vez que a agricultura não é só uma das mais importantes atividades econômicas, mas também se refere ao alimento que comemos, à nutrição, às relações sociais que permeiam o processo de produção, à questão do acesso à terra e ao cuidado com o meio ambiente. Coloca-se ainda, neste momento histórico, enquanto processo de produção que se configura a partir de um sistema que visa interesses individuais e meritocráticos, em um mundo que vivencia o crescimento demográfico e que, por sua vez, a dinâmica do campo e da cidade se alteram constantemente.

Em meio a todas essas variáveis e transformações, as técnicas e modos de produção foram sofrendo, ao longo do tempo, processos de aperfeiçoamento e modernização e, com o avanço da ciência e do próprio capitalismo, também essas técnicas passaram por transformações que alteraram os problemas e os debates travados em torno dessa questão. Uma das maiores mudanças que a agricultura e a pecuária sofreram veio da chamada Revolução Verde. Iniciada no final da Segunda Guerra Mundial, consistiu na modernização de cunho capitalista que financiou e promoveu: a) o uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos; b) a utilização de maquinário pesado na produção agrícola e; c) a implementação do melhoramento genético de sementes financiado por grandes grupos, tais como a Rockefeller e a Ford.

Podemos afirmar que a agricultura e a pecuária, no período anterior à Revolução Verde, eram um mercado pouco explorado para a reprodução do capital (ANDRADES e GANIMI, 2007). Com a influência da grande indústria, aliada a questões políticas e econômicas da época, foi implantado um pacote tecnológico de produção que consolidou a Revolução Verde.

Esse processo foi um marco histórico para as atividades rurais e agricultura no geral, uma vez que transformou os métodos e técnicas e criou um forte lastro dessa produção com uma grande cadeia de indústrias do qual o campo passou a depender. O discurso que predominava e o debate mais assinalado na época era o da segurança alimentar, que partia da premissa de que a agricultura precisava propor alternativas para o crescimento populacional e o conseqüente aumento da demanda alimentar mundial (PORTO-GONÇALVES, 2006). Além disso, a fome no mundo também era um discurso que impulsionava o debate da modernização do campo, uma vez que uma grande fatia da população vivia em condições alimentares inferiores ao suficiente. A grande questão é que o discurso nesse período foi levado em torno da mecanização do processo de produção agrícola ao passo que se culpava a não modernização ou avanço de técnicas, pela fome, que já se tornava sistêmica. Contudo, em meio ao embate argumentativo, também havia setores que se posicionavam no sentido de apontar que o próprio

sistema não distribuía os alimentos disponíveis para o consumo, e que, portanto, não só o aumento da produtividade resolveria a questão da fome no mundo.

Sabemos que esse embate teórico gerou uma linha de pensamento majoritária que, unida ao grande poder das indústrias e dos setores que apoiavam o pacote tecnológico, conseguiu consolidar um determinado formato de solucionar a questão da segurança alimentar mais alinhado a uma das práticas historicamente comuns do capitalismo: a apropriação e mercantilização do conhecimento e de técnicas pautada em interesses privados. No Brasil, esse embate teórico, tal como Andrades e Ganimi (2007) explicam, se configurou no sentido de aumentar a produtividade do campo durante a Ditadura Militar (1964-1985). Nesse cenário, duas linhas de pensamento se colocam em disputa: a de aderir aos pacotes tecnológicos ou aumentar a produtividade alterando a estrutura fundiária brasileira através da Reforma Agrária. Podemos verificar, todavia, que houve a predominância do processo de adesão ao pacote tecnológico capitalista em detrimento da proposta de efetivar uma reforma agrária no país. A consolidação de tal caminho só foi possível pelo forte papel do Estado e de políticas públicas norteadas por interesses de classe.

O golpe militar de 1964 teve um papel central para implementação de políticas que se seguiriam e como seriam conduzidos os debates no campo da ciência. É importante registrar que o golpe que se instaurou foi consolidado a partir da derrubada de um projeto político em que faziam parte as reformas de base que João Goulart promovia em busca de apoio de setores populares da sociedade civil.

Uma dessas reformas de base era a reforma agrária. Dezemone (2016) aponta que essa questão teve, contudo, reduzida importância na historiografia e seria possível verificar a existência de poucos trabalhos que se dedicavam a essa questão. Ou seja, apesar da relevância histórica que a reforma agrária teve nesse período e a relevância de ter sido pautada (afinal, há evidências de que poderia ter sido o estopim para a concretização de um golpe político militar no Brasil) até o ano 2014 eram poucos trabalhos da área que tomavam a temática naquela periodização como objeto de pesquisa.

É nesse sentido que os discursos e as falas, dotadas sempre de um posicionamento ideológico e de um sentido político, passam a se concretizar em políticas públicas de incentivo de determinadas linhas de pensamento que vão tomando força social a serem aderidas por diversos setores da sociedade, ainda que as outras linhas continuem possuindo um caráter de oposição e de disputa, tanto ideológica, quanto científica e política. A questão é que não há como separar essas dimensões na prática, sendo elucidativo o trecho abaixo:

[...] esta forte identificação do desenvolvimento rural com a agenda das ações de intervenção do Estado ou das agências de desenvolvimento, acabou afastando muitos pesquisadores e estudiosos deste tema, por considerá-lo excessivamente político e normativo. Isto fez com que os estudos rurais brasileiros, especialmente os acadêmicos, deixassem de lado o tema do desenvolvimento rural[...] (Schneider, 2010)

Até nesse ponto a modernização do campo acontecia norteadada então, majoritariamente pela política e pelo incentivo das indústrias e setores latifundiários sem muito embate ideológico, científico e até político – característica provinda da própria organização do Estado, da participação civil e de pesquisadores daquele período (Schneider, 2010). Podemos perceber isso de forma mais concreta aos nos basearmos na repressão dos movimentos sociais do campo, expressados pelas Ligas Camponesas, e a repressão exercida pelo regime miliar, que representava os setores das classes dominantes, como os latifundiários, exerceu sobre eles. Neste sentido, Brito (2015) destaca a não participação dos movimentos sociais do campo, durante o período, nas decisões e produções de políticas que os representasse.

É com o chamado processo de “redemocratização” que movimentos sociais expressivos no campo começam a ressurgir com mais impacto, reivindicando espaço e fazendo oposição ao modelo que estava em curso, dentre eles o próprio MST, que surge em 1984, um ano após o fim do regime militar. O movimento levantava a pauta da reforma agrária, contestando a concentração de terras e a modernização conservadora implantada no período da ditadura militar, a partir de meados da década de 1970.

Em sentido contrário, no final da década 1980, determinados ideólogos, em geral ligados a grandes corporações capitalistas, começam a debater a alteração dos termos agroindústria ou complexos agroindustriais, em detrimento das denominações como agricultura ou agropecuária. E, a partir da década de 1990, como consequência do *boom* de exportações que se verificou no período, setores ligados a esse modelo e pesquisadores, viriam a assumir e legitimar o uso do termo *agrobusiness*, recorrente na literatura de língua inglesa, que antecederia, no Brasil, o uso da nomenclatura “agronegócio”. (HEREDIA, PALMEIRA e LEITE, 2010).

Ainda nos anos 1990, a academia começava a discutir de maneira mais incisiva a questão do desenvolvimento rural no Brasil. Considerava que este poderia ser norteadado por três principais fatores, sendo o primeiro deles o constante espaço que a agricultura familiar passa a tomar e o crescimento da mesma enquanto categoria política e alternativa viável ao modelo instaurado. Como segundo fator, devemos citar as políticas por parte do INCRA (Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que começavam a classificar e a legitimar a agricultura familiar enquanto categoria, o que colaborava com esse processo de retorno ao debate do desenvolvimento rural brasileiro. E, por fim, é nesse período que ambos os setores, representados de um lado por trabalhadores e, de outro, por donos dos meios de produção, e que disputam o campo político e ideológico dos debates, começam a enfatizar a oposição entre agricultura familiar e agronegócio. É a partir daí que os setores do próprio agronegócio começam a reivindicar também espaços de disputa teórica, uma vez que são forçados a defender, do ponto de vista científico, seus próprios interesses (SCHNEIDER, 2010).

Percebemos então que o debate do desenvolvimento rural no Brasil, a partir do processo de retorno das discussões na academia, se situava entre analisar os impactos gerados por essa modernização do setor no Brasil, o que se desdobraria em basicamente dois caminhos a se seguir a partir de então: de um lado, incentivando a continuidade de um projeto sintonizado com a hegemonia do capital e, de outro, pensando nas alternativas a ele. Analisa-se então impactos positivos e negativos em constantes contrapontos argumentativos que colocam o agronegócio no centro das discussões e das pesquisas da área, uma vez que o termo vem para definir as novas práticas trazidas pela modernização e associação entre indústrias, empresas e produção agrícola. (HEREDIA, PALMEIRA e LEITE, 2010). Esse debate abrangeria um vasto conjunto de áreas que analisam o desenvolvimento rural a partir das mais diversas perspectivas, dentre as quais a economia, as relações de trabalho, os impactos na saúde, a geografia e os impactos ambientais, a administração das empresas, dentre outros.

A emergência desse novo termo no ramo do desenvolvimento rural no Brasil traz ainda à tona, outros formatos de legitimação das políticas públicas e produção de termos correlatos que vão reivindicando os espaços que as antigas categorias ocupavam. Configuram-se novas discussões, pautas e assuntos que, baseados na realidade concreta do estágio de desenvolvimento rural que estamos, se desenvolvem de forma reestruturada e com outras preocupações. O agronegócio e sua crescente participação e inserção na realidade brasileira ocuparam um importante espaço na vida da população, seja por meio do trabalho, da economia, do consumo dos produtos e de derivados e na própria administração da produção. Por esse motivo, surgiram demandas de estudo, de planejamento e de atenção por parte da sociedade.

Hoje, na prática, o chamado agronegócio participa de aproximadamente 24% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, conforme dados do governo divulgados no final de 2017 (BRASIL, 2017). Os setores que compõem atualmente o ramo são insumos, segmento primário (ou produção de mercadorias agrícolas), agroindústria de processamentos e o setor de serviços

(que contempla atividades como a logística). Uma participação tão grande na economia somente poderia se estabelecer, contudo, a partir de uma proposição que se colocava enquanto capaz de solucionar os problemas sociais e legitimar certas decisões tomadas. Por exemplo, se era necessário desenvolver a agricultura brasileira, como isso poderia ser feito?

Esse papel de buscar respostas e legitimá-las é colocado majoritariamente para a academia e centros de pesquisa, ou seja, para a prática científica no geral, que vai elaborar, através de métodos e formas racionais, perspectivas que lançavam a solucionar certos problemas (sejam estes sociais ou do interesse de certos setores do mercado). As respostas serão produzidas e disputadas por todos os setores da sociedade e pelos próprios pesquisadores.

Logo, conforme descreve Marcos Barbosa de Oliveira (2008), percebemos que seria impossível a desvinculação da produção científica desvinculada das dimensões políticas, econômicas e pessoais que a perpassam:

Em termos mais simples, o conhecimento científico é valorizado cada vez mais por seu poder de gerar tecnologias, cada vez menos como um fim em si mesmo. [...] portanto, o critério fundamental na avaliação de projetos é a rentabilidade um valor social, externo à ciência, e não o valor interno do conhecimento. (Oliveira, 2008, 112)

É importante, portanto, analisar a situação da produção de conhecimento levando em conta aspectos como o contexto a qual a mesma está inserida, como está sendo produzida e a quem está favorecendo determinado tipo de conhecimento.

Isso tudo nos demonstra, tendo em vista a proporção que cadeias industriais ou os complexos agroindustriais tomaram na economia e política do país, que esse debate não se restringe à economia e que a produção da ciência não é neutra. Além disso, a perspectiva, o método e a análise dos resultados no geral também se constituem a partir de um determinado formato de expressar a posição do pesquisador e do contexto o qual está inserido. Analisar esse desenvolvimento também é falar de política e de conceituação teórica, ideológica e prática. Percebemos isso claramente ao compreender, como exemplo, a própria disputa científica que existe em torno do conceito de agronegócio e o que ele significa. Não existe uma explicação única e consensual, o que gera diversas interpretações guiadas por setores e atores sociais que se colocam em campos distintos da luta política, uma vez que essas teorias e pesquisas vão ter sentido prático, posteriormente, em políticas públicas e na construção da solução de problemas que se apresentam à sociedade.

A importância de se entender esses processos de produção científica e sua legitimação por setores da sociedade reside no impacto que isso gera na vida cotidiana, através dos caminhos que vão se trilhando para o desenvolvimento da sociedade. Isso significa que essas produções científicas se desdobram em ações concretas por via do Estado, das organizações sociais e políticas, dos movimentos sociais, entre outros. Logo, entender que existem interesses políticos em torno das produções científica e teórica nos aproxima do contexto em que foram produzidas, para quem foram produzidas e a partir de quais perspectivas. Isso nos adverte para o equívoco de considerar que as pesquisas estejam somente dadas ou que seriam simplesmente estáticas e distantes do nosso cotidiano. A fim de trabalhar na totalidade devemos nos indagar sobre quais são os rumos que estamos tomando e qual o caminho mais adequado para se seguir, partindo da ciência e seu contexto histórico e social de produção.

Baseando-me nesses pontos até aqui destacados, busco desvelar e melhor entender as discussões levantadas no meio científico acerca do tema do desenvolvimento rural no Brasil após a estabilização do agronegócio enquanto conceito. Para tal, busquei me fundamentar em uma pesquisa preliminar que adentra as questões que têm maior relevância científica no meio, após o início da utilização do termo “agronegócio”, bem como as disputas e perspectivas de análise que estão colocadas e a emergência de novos debates. O objetivo seria uma melhor compreensão sobre quais caminhos estão colocados para o futuro do desenvolvimento rural no Brasil e o posicionamento de algumas das mais importantes áreas que discorrem sobre o agronegócio.

Faremos isso por meio de uma revisão crítica, ainda que preliminar, de pesquisas que fazem referência direta ao agronegócio e que estão disponíveis na base digital de bibliografias *Scielo* (*Scientific Electronic Library Online*)¹, uma vez que essa plataforma possui uma expressividade relevante no meio acadêmico e é uma grande plataforma de acesso online de publicações científicas no Brasil. Identificando os conceitos e temas mais abordados pelas pesquisas, suas áreas do conhecimento, e como têm sido abordadas e definidas as questões mais relevantes em torno da temática, procurei construir uma análise sobre as pesquisas que possuem um teor crítico em relação ao agronegócio e aquelas que não apresentam divergências fundamentais a esse modelo de desenvolvimento e produção agrícola.

A escolha desta plataforma veio por meio da facilidade do acesso que ela permite a artigos científicos. Como um exemplo, se uma pessoa busca a palavra agronegócio na

¹ A plataforma *Scielo* pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <<http://www.scielo.org/>>. Acesso em: 31 jul. 2018

plataforma de pesquisa e direciona à artigos científicos, a *Scielo*, na maioria das vezes, possui pelo menos um artigo disponível no resultado da busca. Por ser uma plataforma conhecida e muito fácil de utilizar, acabou se tornando um meio de difusão de informações *online* muito expressivo e influenciador, para além de ter uma relevância científica ímpar dentre os portais de publicações de revistas científicas. Desta forma, como a pesquisa ainda se posiciona como preliminar, essa base de dados se torna relevante para a busca dos conteúdos necessários para a realização da mesma. É importante compreender que esta plataforma está em constante atualização e novas pesquisas são adicionadas constantemente a ela. Para fins de delimitação da pesquisa, procuramos nos restringir a uma média dos 60 primeiros artigos que tivemos contato ao fazer a busca, que discorrem sobre a realidade brasileira do agronegócio.

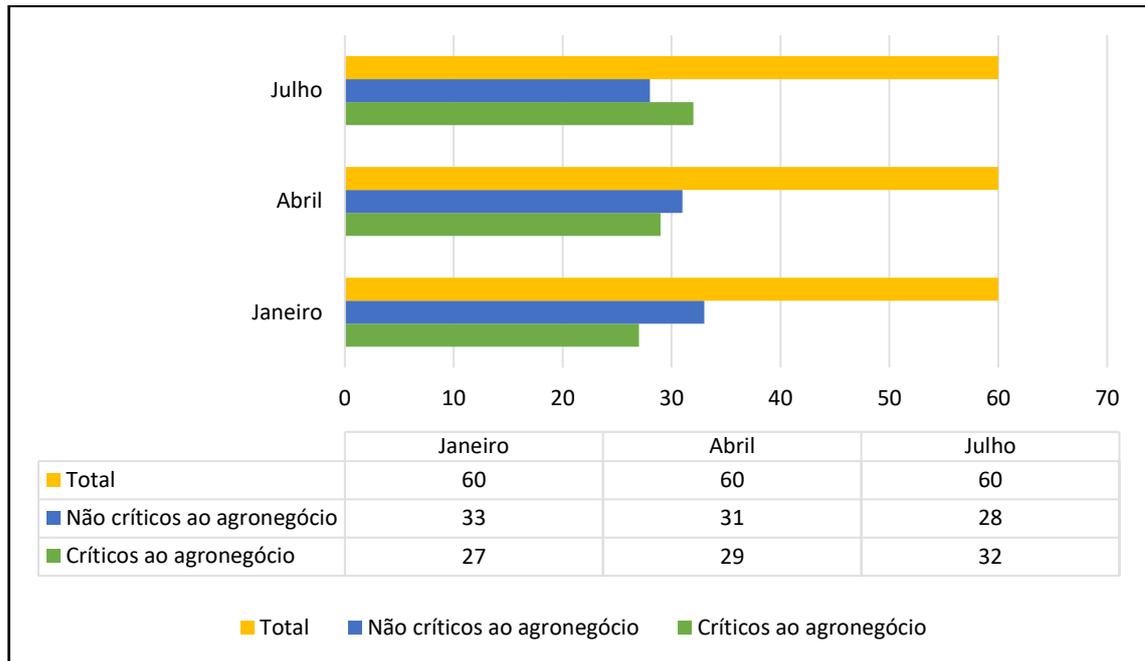
A análise propriamente dita vai ser tanto comparativa quando individual dos textos, estando dispostas ao longo dessa pesquisa em dois capítulos fundamentais de discussão que abordarão primeiramente as pesquisas com caráter de defesa ou de apoio ao agronegócio e aquelas que abordam o agronegócio sem uma postura crítica. Posteriormente, abordaremos as pesquisas que possuem um caráter crítico ao agronegócio, uma vez que com esse critério de separação das pesquisas podemos melhor compreender as disputas em torno dos temas e conceitos, assim como perceber quais temáticas e áreas do conhecimento aparecem com mais constância em cada um dos grupos e suas características.

Utilizaremos os dados fornecidos também pela própria plataforma que discorrem sobre a quantidade de pesquisas que correspondem à palavra procurada, no caso o agronegócio, dividida por área temática, ano de publicação, periódicos, entre outros. Desta forma, poderemos entender também onde estão localizados ou mais concentrados os debates que permeiam o tema nesta plataforma, assim como o uso de artigos e notícias provindos diretamente dos atores sociais em jogo como *sites* de promoção do agronegócio, de grandes empresas, centros de pesquisas e movimentos sociais, por exemplo. O objetivo ao usar esses recursos seria de desmontar o modo como a informação que consta nas pesquisas se coloca na prática no nosso cotidiano e na informação que chega até nós, através dos veículos de comunicação, tais como *internet* e televisão.

CAPITULO 1 – PESQUISAS DE CARÁTER ACRÍTICO AO AGRONEGÓCIO

Este capítulo tem como seu objetivo principal destrinchar as pesquisas que buscam se vincular ao agronegócio e/ou não possuem visão crítica sobre ele. A análise dos materiais se baseou nos primeiros artigos que tive contato ao pesquisar a palavra agronegócio na plataforma *Scielo*. Nesse sentido, analisarei as áreas do conhecimento a qual estão situadas, como se define o termo nessas pesquisas, os temas de maior relevância que aparecem em debate e, mais propriamente, aquelas pesquisas que melhor definem os padrões encontrados. Parto do pressuposto de que essa intersecção de fatores nos demonstraria mais detidamente os tipos ideais dessa categoria, os quais podem nos ajudar a melhor compreender como os discursos se colocam, bem como os extremos do debate e a posição ideológica mais incisiva a qual estão inseridos.

Em média metade dos primeiros artigos encontrados, dentre 60 pesquisados, se encaixam na categoria de vinculação direta com o agronegócio ou posicionamento não crítico a ele. Por exemplo, no mês de julho, de 60 trabalhos analisados, 28 utilizam a expressão “agronegócio” ao longo do texto e possuem as características para se encaixar nessa categoria de posicionamento não crítico ao termo. Isso significa que encontramos uma certa paridade entre os artigos e seus posicionamentos no geral na plataforma. As grandes diferenças vão se concentrar nas áreas em que estão situadas, nas temáticas debatidas e pesquisadas e os discursos colocados. Como demonstra a figura 1:

Figura 1 - Posicionamento das pesquisas ao longo do desenvolvimento do trabalho

Fonte: Dados coletados na *Scielo* referente aos meses de Janeiro, Abril e Julho de 2018.

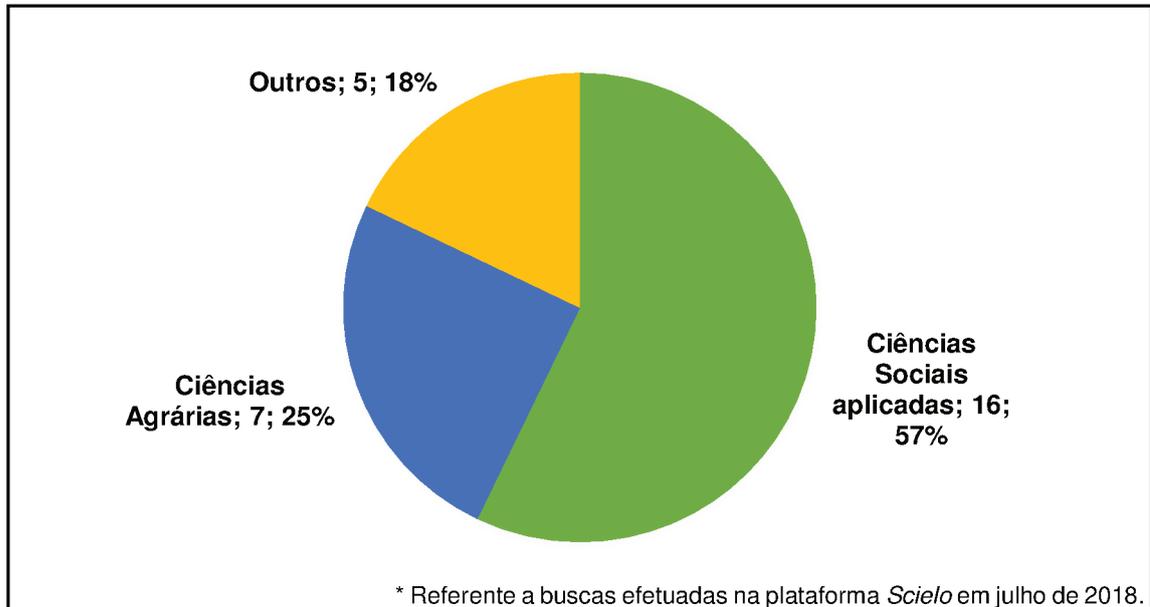
Em dados e linhas gerais, as áreas temáticas² que demonstram maior interesse em discutir o agronegócio são as Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Ciências da Saúde, de acordo com o índice fornecido pela própria *Scielo* de acordo com as áreas de interesse das revistas nas quais foram publicados os artigos selecionados, conforme demonstrado nas figuras 1, 2 e 3.

Se formos analisar em quais áreas se encontram as pesquisas que possuem vinculação direta com o agronegócio, encontramos todas as pesquisas dessa categoria nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas (majoritariamente na Administração e na Economia), Ciências Agrárias (dentre as quais, Sistemas da Informação e Engenharias) e outras atreladas a análises que dialogam com o campo da Administração (Ver a figura 2). Ou seja, as pesquisas que lidam majoritariamente com análises de mercado, de cunho administrativo do agronegócio e aquelas que abrangem a técnica de produção dos bens, como grãos, animais e novas tecnologias de produção. Não à toa percebemos que o desenvolvimento histórico das pesquisas que visam a consolidação cada vez mais forte do agronegócio no Brasil se encontram nessas áreas, uma vez

² Por Ciências Agrárias lidamos majoritariamente com pesquisas de cunho técnico das áreas mais específicas da Agronomia e da Zootecnia. Dentro das Ciências Sociais Aplicadas consideramos as áreas da Economia, da Administração e do Serviço Social majoritariamente. As Ciências Humanas, por sua vez, compreenderiam as Ciências Sociais no geral, a História e a Geografia. Já as chamadas Ciências da Saúde englobariam a Saúde Coletiva e a Medicina Social.

que foram elas que tiveram um maior investimento e cooperação de agências (incluindo aquelas de caráter internacionais e/ou privadas), a fim de legitimar e induzir cientificamente o debate de que o agronegócio seria a melhor escolha para o Brasil (MOLINA; SANFELICE, 2018).

Figura 2 - Concentração de áreas das pesquisas de posicionamento acríptico analisadas



Fonte: Dados da pesquisa referente à Julho de 2018.

Em Molina e Sanfelice (2018) verifica-se que a ESALQ/USP (Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo), uma das instituições mais importantes na produção científica da área agrícola do mundo, foi um grande canal legitimador e precursor do avanço conservador do desenvolvimento rural brasileiro. Segundo os autores, durante a Ditadura Militar, a instituição foi amplamente financiada por grandes investidores oriundos, especialmente, dos Estados Unidos e do setor privado, promovendo assim esse método de produção no Brasil como a saída para o desenvolvimento rural. Sendo a ESALQ-USP um centro de pesquisa extremamente reconhecido, situado dentro de uma das melhores universidades da América Latina, o poder de influência na sociedade e em outras instituições é muito grande, seja pelo reconhecimento no campo das pesquisas científicas, seja pelo seu poder de legitimação teórica de determinados projetos políticos.

Os autores ainda citam outros centros de pesquisa, ligados à Economia e à Administração, como precursores de políticas públicas de caráter legitimador da tese de que a via do agronegócio seria a melhor saída para o desenvolvimento rural no país. Embora não se detenham em estudar outros centros de pesquisas mais especificadamente, os autores nos

forneem indícios de que essas ações eram sistemáticas no período que abordam, o que nos demonstra que o histórico de desenvolvimento dessas ciências teve um caráter legitimador do agronegócio no Brasil, através de incentivos e valorização profissional para aqueles que buscavam nessa temática, a construção de sua carreira acadêmica.

com o financiamento de algumas empresas ou com a intervenção direta do governo dos Estados Unidos, ao injetarem grande soma de dólares por meio de uma base da USAID no campus USP de Piracicaba, constatamos que, no geral, a maior parte das pesquisas no período militar foi amparada pelo Estado brasileiro com recursos públicos, em um processo de privatização do Estado, quando o aparato “público” foi usado em benefício privado de fazendeiros, empresários, financistas e industriais, com raras exceções. Somente entre 1979 e 1982, cerca de 80% das pesquisas da “Luiz de Queiroz” eram financiadas com recursos público-estatais. (MOLINA e SANFELICE, 2018)

A grande questão em primeiro lugar é que os próprios veículos de informação das financiadoras públicas de pesquisas nos mostram essas parcerias constantes que são realizadas para a produção e desenvolvimento de temáticas específicas, a exemplo da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), em um artigo publicado em sua página intitulado “A participação do setor privado na pesquisa científica” (GARCIA, 1997), dentre diversos outros canais atuais que reafirmam essas parcerias. Devido a essa forte influência que a produção científica dessas áreas sofreu nesse período, o agronegócio toma forças e proporções grandes dentro das universidades, mas também dentro de outras instituições que acabaram auxiliando nesse processo de consolidação e de constante legitimação na sociedade, como o Congresso Nacional que possui atualmente uma grande quantidade de parlamentares que defendem pautas de interesse do agronegócio e que constituem a chamada “bancada do boi”.

Um segundo ponto observado, seria que, como consequência dessa influência e o sucesso dela na consolidação do agronegócio, a continuidade dessa produção se dá de forma automática uma vez que mesmo quando não se tem incentivo direto para produzir, os autores que vão se sucedendo, viram base de revisões bibliográficas e garantem a continuidade e permanência das mesmas prerrogativas nas produções atuais. Isso significa que a produção científica permanece embasada em métodos e cria tendências baseadas nas pesquisas já feitas. Ao demonstrarem a continuidade do que já foi feito, certos pesquisadores acabam munidos de prestígios e oportunidades mais garantidas para suas próprias carreiras. No geral, se dedicar ao estudo de temas de interesse do agronegócio coloca certas pesquisas num patamar de

reconhecimento maior perante ao mercado, ao passo que outros estudos se tornam menos populares, como aqueles que se inserem dentro da perspectiva da agroecologia, por exemplo.

Em terceiro lugar, com a instalação do agronegócio em território brasileiro, a própria demanda por pesquisas na área também aumenta, uma vez que à medida que a realidade do campo se altera, o agronegócio começa a tomar proporções hegemônicas e a se imbricar em todas as esferas de produção que geram essa cadeia de indústrias. As pesquisas, se atentando para a realidade, muitas vezes local, se deparam com essa estrutura já consolidada e, assim, resta estudá-la a fim de melhorá-la, preterindo os caminhos alternativos que já parecem mais utópicos, quando comparados aos caminhos que já estão indicados pelo próprio mercado e pela política econômica dominante.

Como o agronegócio lida com a produção de bens primários produzidos no campo, perpassando ao longo do processo de produção por uma cadeia de indústrias que cooperam entre si, e que se integram e se expandem, entendemos que as áreas que mais auxiliam com dados e pesquisas científicas fazem todo o sentido lógico dentro da situação concreta de hegemonia do agronegócio no Brasil. Avanços em técnicas para a produção, como de melhorias nos setores de governança, de logística e de administração e de capacidade de influência na economia brasileira são cruciais para a contínua expansão das fronteiras do agronegócio. Não dá para pensar nesse avanço sem constatar o que está dando certo e o que pode melhorar dentro do “agro” e do “negócio”, o que implica que as áreas colocadas como as que mais produzem pesquisas não críticas são as que o próprio nome do setor mais sugere.

Demonstrando que, no geral, o agronegócio, ou melhor, aqueles que lucram com ele, não têm interesse em pensar em outras esferas, como saúde, trabalho, impactos ambientais, nem mesmo em técnicas mais adequadas ao território, à geografia, entre outros. O foco sempre se define a partir da relação entre custo, benefício e lucro. Isso se concretiza na prática, ao associarmos pesquisa e agronegócio em um campo de pesquisa da *internet* e sermos levados diretamente a *sites* de grandes empresas ou de interlocutores do agronegócio, falando a todo momento de técnica, economia, gestão, produtividade, mercado entre outros. Podemos exemplificar isso a partir de um *site* de consultoria em agronegócio, intitulado “Informa Economics IEG | FNP” que afirma que as pesquisas que estão sendo desenvolvidas pela empresa atualmente se efetivam a partir de três segmentos de atuação: 1) Pesquisa de mercado; 2) Estudos de Inteligência Competitiva e; 3) Estudos de Macro-Mercados e Setoriais. A maioria dos resultados se inserem dentro de prerrogativas da administração do agronegócio a partir da

visão do empresário do setor e as pesquisas demonstradas são sempre direcionadas a esses atores sociais (cf. INFORMA ECONOMICS IEG – FNP, s.d.).

Nesse sentido, o posicionamento dessas pesquisas e a própria definição de agronegócio que se coloca nelas aparece de formas específica, muitas vezes sem ao menos aparecer uma definição concreta. De acordo com Herédia, Palmeira e Leite (2010), o termo agronegócio não significa a mesma coisa que complexos agroindustriais, nem equivale a modernização do campo e isso se demonstra concretamente no desenvolvimento das pesquisas e dos termos que vão aparecendo nas mesmas ao longo do tempo, conjuntamente com o próprio processo de crescimento deste setor no Brasil, impulsionado pelas políticas econômicas tanto internas quanto externas. Com o *boom* da modernização do campo no período da Ditadura Militar no Brasil em meados do 1970 se falava em modernização do campo, disso se daria o início da implantação das cadeias de indústrias. Já em meados de 1990, o termo *agribusiness* e, posteriormente, sua adaptação para o Brasil, agronegócio, se consolidam. É na mesma década que os artigos indexados na plataforma *Scielo*, começam a aparecer, precisamente em 1998.

Ainda de acordo com Heredia, Palmeira e Leite (2010), a grande diferença entre os termos complexos agroindustriais e agronegócio, provém do fato de que o agronegócio não se resume apenas à cadeia de indústrias que faz parte do processo produtivo, mas também da gestão administrativa, cunhada no termo “negócio”, o que sugere uma abrangência e integração das unidades agrícolas inserindo até mesmos os pequenos produtores nessa dinâmica. “O gerenciamento de um negócio que envolve muito mais que uma planta industrial ou um conjunto de unidades agrícolas é uma das tônicas da ideia de “agronegócio”” (HEREDIA. PALMEIRA e LEITE, 2010, p. 160.).

Isso nos explica a grande participação das Ciências Sociais Aplicadas, mais voltadas para a Economia e Administração de Empresas, nesse campo de pesquisa, que, dentro das pesquisas analisadas, conta com quase metade dos artigos de cunho não crítico ao agronegócio (ver figura 1).

Nesse sentido, ao buscar nesses artigos a definição de agronegócio, encontramos na maioria das pesquisas o termo associado a outros termos, sem explicar diretamente o que ele significa, ou seja, a definição aparece de forma implícita e, na maioria das vezes, é colocado apenas para associar a pesquisa ao setor. Os formatos de se expressar e de inserir o termo variam de acordo com a metodologia, uma vez que as pesquisas de cunho técnico por exemplo, que estão presentes nessa plataforma, utilizam-se de métodos bem diferentes das de cunho teórico. A questão é conseguir identificar quais são os termos mais associados e encontrar padrões

nessas associações, já que raramente nesse grupo são encontradas definições claras. Apresento abaixo a tabela de recorrência de termos analisados deste primeiro grupo. Grande parte da argumentação ao longo do texto está referenciada em dados desta tabela:

Tabela 1 - Recorrência de termos nas pesquisas de posicionamento acrítico ao agronegócio – Referente às vinte e oito pesquisas analisadas

Termos	Quantidades de pesquisas em que aparece	Porcentagem
Economia	25	89,28%
Commodities	17	60,71%
Produtividade	18	64,28%
Competitividade	17	60,71%
Agricultura familiar e pequenos produtores	8	28,57%
Agrotóxicos e Transgênicos	3	10,71%
Defensivos agrícolas, Insumos agrícolas ou melhoramento genético	15	53,57%
Cadeia Produtiva	18	64,28%
Saúde (Relativo a saúde humana)	3	10,71%
Meio ambiente e sustentabilidade	3	10,71%
Trabalhador	1	3,57%
Logística	9	32,14%
Tecnologia	19	67,85%
Reforma agrária	0	-
Agronegócio quando aparece mais de três vezes ao longo do texto	17	60,71%

Fonte: Dados da pesquisa referente às buscas na *Scielo* de Julho de 2018.

Podemos perceber então, baseada na forma como é exposto, padrões claros de termos que aparecem recorrentemente nos artigos. São vários esses termos e explanarei aqueles que melhor definem esse grupo e como aparecem nas pesquisas. O foco é a sua utilização simbólica

e não a sua recorrência em si, ou seja, o sentido que o termo adquire no texto e a sua utilização nos contextos. O primeiro deles diz respeito à Economia, uma vez que as pesquisas discorrem sobre ela devido à própria área de interesse das ciências em que esse grupo se concentra e que sempre coloca o agronegócio associado a ela. Ou seja, a Economia é o centro da motivação da existência do agronegócio e da própria pesquisa. Sendo assim, em geral sempre se abarca as principais produções e setores do agronegócio brasileiro, frisando a todo momento a importância da pesquisa para o desenvolvimento do agronegócio e conseqüentemente da economia brasileira.

Um exemplo desse padrão se encontra na pesquisa de Artuzo (2018) que justifica a pesquisa pela importância dela derivada da contribuição econômica que o agronegócio traz para o Brasil. Assim, “Pela expressiva parcela de participação do complexo da soja, no total das exportações do agronegócio brasileiro, evidencia-se a importância da commodity na economia brasileira” (ARTUZO, 2018, p. 277)

Esse padrão se repete constantemente nesse grupo de pesquisas e mesmo que eles não delimitem o que é agronegócio, deixam claro que, antes de ser um modo de produção, ou ter a importância da pesquisa e do agronegócio centrada nas necessidades das pessoas de ter acesso a esses produtos por exemplo, ele é colocado como parte indispensável da economia e sua importância gira em torno dessa colocação.

Por serem pesquisas da área de Ciências Sociais Aplicadas, prezar a Economia como ponto de partida da análise é parte da metodologia e das categorias de análise do estudo, mas é perceptível que partindo dessa categoria é criada uma tendência maior dos estudos centrada nos setores mais produtivos e que participam das cadeias de exportação, como nas *commodities* e na expansão destas, por exemplo, já que o agronegócio coloca seu foco em cadeias específicas de produção mais fortemente, acabando por preterir o desenvolvimento de outras. O próprio Ministério da Agricultura e Pecuária nos confirma isso ao mostrar os produtos que mais contribuem para o agronegócio e a exportação brasileiros (BRASIL, 2018). Nisso, percebe-se que são os mesmos que, majoritariamente, são alvo dos artigos encontrados.

Mas o uso da Economia como perspectiva para o estudo não se limita apenas a áreas que se dedicam mais a essa categoria, sendo utilizada também em pesquisas das Ciências Agrárias. Como demonstra a pesquisa de Brida (2016) que vem do ramo da Agronomia e trata da incidência de agentes que danificam um determinado cultivo de soja.

A cultura da soja é, desde os anos de 1970, responsável por inúmeras mudanças no espaço agrário brasileiro, e atualmente a soja o principal produto agrícola das exportações brasileiras e o maior responsável pelo aumento da colheita nacional de grãos (BRIDA, 2016)

Essa mesma perspectiva também aparece no resumo do trabalho ao afirmar que: “A soja é considerada uma das mais importantes culturas do agronegócio no Brasil” (BRIDA, 2016).

Nesse sentido, o agronegócio, possui associação direta ou indireta com a Economia, dando justificativas para a realização do trabalho, bem como a legitimação dos mesmos e, conseqüentemente, traçando qual é o ideal de agronegócio colocado nas pesquisas mesmo quando não se explica diretamente o que isso significa para o autor do termo.

Logo, a Economia é um dos principais termos de associação nas pesquisas encontradas de cunho não crítico, o que a coloca como ponto central para o debate científico do agronegócio. Como consequência, deixa-se de lado outras perspectivas e se foca majoritariamente naqueles objetos de pesquisa que contribuem expressivamente para a Economia preterindo outros com menor participação, uma vez que essa categoria quando colocada nas pesquisas, acaba por traçar um panorama mais geral da realidade do agronegócio no Brasil, o que conseqüentemente nos leva a dar mais importância para os produtos e gestão de indústrias mais participativos da Economia. Se outras perspectivas fossem aliadas a essa, outros setores poderiam ter mais espaços garantindo uma economia agrária menos monopolizada por *commodities*, por exemplo.

Também podemos perceber o uso da palavra agronegócio sendo inserido nas pesquisas sem muitas definições ou ponderações sobre o termo, mas com a intencionalidade de dar valor ao projeto e ao que está sendo pesquisado. Isso se dá de forma clara quando o vemos o agronegócio sendo citado apenas no início do trabalho com a única intencionalidade de justificar o porquê de se trabalhar com determinado objeto de pesquisa. Ao associar determinado patógeno a uma cultura do agronegócio por exemplo, agrega-se valor ao trabalho, pois é sugerido que a pesquisa trata de uma produção de importância impar para a área econômica, e, logo, possui uma legitimidade maior em alguns meios e instituições. Podemos observar isso por exemplo no trabalho de Brossi (2009), que se concentra sobre técnicas de abate de frango, citando o agronegócio no resumo e no primeiro parágrafo da introdução com o mesmo sentido, sem voltar a citar ao longo do trabalho.

A cadeia da carne de frango no Brasil é um importante setor do agronegócio, ocupando a terceira maior produção mundial e o primeiro lugar nas exportações. [...] Essa condição tem sido mantida desde então, com aumento

da participação brasileira na liderança do mercado mundial (ABEF, 2008), refletindo a importância do agronegócio do frango para a economia do país. (BROSSI, 2009, p. 1296)

Derivado da economia o termo *commodity* também é usado com uma frequência muito grande, uma vez que, como já citamos, a maior parte dos trabalhos distam sobre elas. Dentre elas, a soja, as carnes bovinas e de aves, a cana-de-açúcar, por exemplo, tomam o espaço de grande parte das pesquisas, seja elas sobre técnicas de plantio, produção ou de análises de gestão e mercado das cadeias produtivas. Como as *commodities* ganham um espaço grande nesse processo e uma associação constante como tendência dos artigos, a definição de agronegócio vai se desenhando para mostrar que o agronegócio é hegemônico nessas produções e que elas o definem enquanto prática mais comum pelo próprio uso das mesmas nas pesquisas e da demanda que as gera na economia.

Outro termo que encontramos nas pesquisas e vemos constantemente associado ao agronegócio é a produtividade. No geral, o sentido das pesquisas, independentemente do objeto ou da área do conhecimento, visa o aumento da produtividade e o aumento da contribuição de determinado produto para a economia. Isso ocorre de diversas formas, uma vez que são muitos os fatores que incidem sobre essa variável. Alguns termos correlatos, como “aumento da competitividade” ou “melhora da logística”, podem ser associados, já que, mesmo tendo intencionalidades diferentes, buscam um mesmo objetivo: o de sempre expandir os limites do agronegócio. Afinal, o aumento da produtividade e desses outros termos está quase sempre associado ao lucro e à economia. É como se essas ciências negassem a existência de qualquer outra justificativa para o funcionamento da economia e das empresas que escapasse ao centro dos debates que seriam a produtividade e alocação de recursos para a lucratividade.

A competitividade, a melhora da logística, a busca para eliminar agentes externos, como patógenos, estão sempre intimamente ligados à melhora da produtividade e à expansão do mercado do agronegócio. Como exemplo podemos citar a pesquisa de Torres (2017) da área da administração, que coloca em seu resumo o objetivo dela centrado nesses termos.

Este artigo tem por objetivo a análise da concessão da rodovia BR-163, considerando as possíveis implicações sobre a competitividade no transporte da soja do estado de Mato Grosso. Esta proposição se justifica, sobretudo, porque o pedágio, a priori, representa custo ao transporte rodoviário, qualquer gasto acrescido a ela poderá comprometer a margem de lucro. (TORRES, 2017, p. 533)

Essa forma de expor o agronegócio demonstra quais são os atores sociais majoritariamente envolvidos, uma vez que, se o lucro é o objetivo da pesquisa, o benefício de seu resultado se efetiva para os donos de empresas e grandes proprietários, e não para a população, que terá acesso ao produto, por exemplo. Logo, o agronegócio está condicionado nessas pesquisas a um restrito grupo e não à sociedade no geral por exemplo.

Outra questão associada é a utilização de tecnologias e da modernização das cadeias produtivas, com o uso de mecanização e insumos agrícolas, por exemplo. Essas características são um dos pressupostos consensuais de existência do agronegócio, uma vez que foram elas que revolucionaram e impulsionaram esse novo formato de produção. As pesquisas partem de uma realidade onde a modernização já está colocada no Brasil desde o período da Ditadura Militar. Assim, não tem como falar de agronegócio sem falar de modernização e de tecnologia. As pesquisas, ao se proporem a racionalizar os processos produtivos, a gestão e o como melhorar o plantio e as produções, tratam dessa modernização e da melhora constante dela, assim como a expansão das fronteiras de uso desses métodos.

Ao falar dessa modernização, o uso dos transgênicos e dos agrotóxicos são elementos que fazem parte desse processo e começaram a ser mais utilizados nesse contexto. Nessas pesquisas, esse tema não é discutido e os termos não aparecem nesse formato, assim como os impactos ambientais nunca são citados. Os transgênicos ficam subentendidos ao falar de sementes e, quando atrelada à questão da tecnologia e no caso do agrotóxico, essa palavra é sempre preterida pelo uso de defensivos agrícolas. Como exposto na pesquisa de Artuzo (2018) da área da Administração:

Com base nesse contexto, é necessária uma avaliação do fator “custo” na produção da soja brasileira. Entre os elementos que impactam no custo, destacam-se o nível de tecnologia (sementes, fertilizantes, defensivos, máquinas agrícolas) e os investimentos aplicados na produção da oleaginosa. (ARTUZO, 2018, p. 277)

Por essas palavras estarem atreladas popularmente a questões polêmicas e que dividem opiniões, expô-las de maneira diferente pode aliviar o peso do debate que elas em si carregam. Nesse sentido, também não encontramos pesquisas que tratem propriamente da administração do uso dessas tecnologias e no geral elas só são citadas rapidamente no contexto do uso de novas tecnologias para a melhora da economia e da produtividade, sempre vinculadas ao discurso da modernização do campo.

A modernização do campo e de toda a cadeia produtiva não é o assunto tratado propriamente pela temática da pesquisa, mas ela é trazida no bojo de praticamente todas, uma vez que elas visam sempre melhorar algum sistema de funcionamento que seja de cunho administrativo, político ou técnico das cadeias produtivas. Muitas vezes nem é citado diretamente, mas ao se buscar respostas para os problemas colocados, se abrem caminhos para pensar a solução desse problema que consequentemente é parte da lógica da modernização. O importante a se frisar é que o significado de modernização se altera dependendo do grupo de pesquisas que analisamos, ou seja, nas pesquisas não críticas ao agronegócio a modernização está sempre atrelada aos termos pesquisados ao longo dessa discussão (como economia, *commodity*, produtividade, competitividade, logística, tecnologia, dentre outros) e, consequentemente, vinculada ao avanço econômico do mercado e da quantia monetária que pode ser gerada com essa melhoria.

Outros termos altamente associados e que aparecem com uma frequência notória nas pesquisas são as cadeias produtivas e os complexos agroindustriais, devido à própria área do conhecimento mais presente nesse grupo ser as áreas que tratam das gestões desse campo. Assim como Heredia, Palmeira e Leite (2010) apontam e a análise de artigos aqui desenvolvida confirma, a grande questão do agronegócio gira em torno da cooperação entre as cadeias produtivas gerando complexos agroindustriais, uma vez que as indústrias se vinculam e cooperam para a produção de produtos que vão além do bem produzido na terra. Isso significa que o agronegócio não se limita apenas à produção do campo, mas se estende a todo o esforço logístico, à transformação dos alimentos em produtos industrializados e a toda a indústria atrelada a própria produção e colheita, como a de fertilizantes e remédios, agrotóxicos, transgênicos, maquinário, entre outros. O agronegócio é então toda a gestão administrativa, como os negócios e a cooperação de diversos setores que produzem produtos industrializados, serviços e bens primários.

Por isso encontramos grande parte das pesquisas se voltando a pensar essas cooperações e a melhora de setores que, no senso comum, acabam não sendo diretamente atrelados ao agronegócio, sendo visto como a produção de bens primários exclusivamente. As pesquisas abordam esses termos, no geral, pela busca de pensar o mercado da agroindústria em torno da sua interdependência com a produção primária e as cadeias produtivas e a importância do setor administrativo das indústrias para a vitalidade do agronegócio. Por isso, a todo momento é importante frisar que muitas das ações gestoras e os processos de melhoramento e modernização contínua desses setores se dão dentro de um contexto onde os complexos

industriais são necessários para a ação em cadeia e para a melhora da produtividade e impacto econômico. Como demonstra Costa (2014)

Considerando a disseminação das TIMS na cadeia produtiva de gado, torna-se pertinente, portanto, verificar que tipos de inovações ou mudanças estão ocorrendo nos processos dessa cadeia. Seguindo a discussão proposta no Manual de Oslo (OECD, OCDE, 2004), acredita-se atualmente que o desenvolvimento e a difusão de novas tecnologias são essenciais para o crescimento da produção e aumento da produtividade, contudo, nosso entendimento do processo de inovação e seu impacto econômico ainda é deficiente. (COSTA, 2014, p. 143)

Por fim, analisaremos mais um dos termos que nos ajudam a compreender o posicionamento das pesquisas, que é a agricultura familiar ou pequenos produtores. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, mais especificadamente com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, a agricultura familiar representa um tipo específico de atividade econômica que diverge dos grandes produtores assim como dos pequenos produtores, apesar de que o último possui muitas características em comum (BRASIL, 2016). Nesse sentido, ela é tida como uma propriedade pequena que não ultrapassa um limite de área superior a 4 módulos fiscais e representa um trabalho realizado pela família exclusivamente (cf. BRASIL, 2006a), assim como possui uma relação particular com a terra, seu local de trabalho, e moradia.

Nesse sentido a agricultura familiar é entendida pelo próprio governo como uma forma diferente de se produzir e de se relacionar com a terra, se comparada com o método das grandes propriedades e indústrias do agronegócio. Nas pesquisas que analisamos, a agricultura familiar não é um assunto muito falado, citado em uma das primeiras vinte pesquisas dessa categoria. As referências a pequenas propriedades que se distinguem por um espaço maior e admitem o uso de trabalho de terceiros (cf. BRASIL, 2006b) são mais citadas comparando a duas categorias. O fato de não ser tão falada é um dado importante, uma vez que ela não oferece um grande campo de estudo para esse grupo. O alvo majoritário são as grandes propriedades, cooperativas, empresas e indústrias. Mas, quando citada, ela é abordada como parte do agronegócio e da dinâmica desse setor, assim como Albieiro (2014), da área da Agronomia, fala em seu resumo:

A agricultura familiar é um segmento importante do agronegócio brasileiro e tem grande participação na produção de alimentos essenciais para a segurança

alimentar do Brasil, por isso, é preciso o fornecimento de energia para esses agricultores. (ALBIEIRO, 2014, p. 186)

Guilhoto (2006), da área da Economia, também expressa essa hegemonia no agronegócio dentro das produções da agricultura familiar:

Este trabalho teve por objetivo avaliar o nível de atividade do agronegócio da agricultura familiar no Brasil, para o período de 1995 a 2003. Através dos Modelos de Insumo-Produto foi possível estimar a importância do Produto Interno Bruto do agronegócio familiar no contexto nacional. (GUILHOTO, 2006, p. 355)

Outro destaque é que quando essas propriedades não são diretamente tratadas como parte do agronegócio, a busca constante é por incluí-las nessa dinâmica, desenvolvendo tecnologias, formas de administração e logística, a fim de ampliar essa modernização para outros setores, como a agricultura familiar e pequenas propriedades. Assim como Slussz e Machado (2006) explanam:

Várias são as alternativas de cultivos com potencial agrônomo positivo que podem promover a inclusão da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel, levando em consideração as especificidades de cada região brasileira (SLUSSZ e MACHADO, 2006)

Isso demonstra que essas pesquisas assumem o agronegócio como um modo de produção hegemônico e que precisa ser cada vez mais expandido e abrangente, não separando esses modos de produção e nem assumindo um caráter de oposição entre eles.

Sintetizando as principais questões diretamente relacionadas ao agronegócio, fazendo uma análise crítica da forma como os termos são usados e a que são associados, chegamos a uma síntese básica de que não há grandes preocupações ou justificativas para as pesquisas que vão muito além da questão puramente econômica e lucrativa. Em regra, as pesquisas ressaltam a importância do agronegócio para o PIB, para o sustento do Brasil e de sua economia. A todo momento as análises identificam culturas e pesquisas sendo produzidas com o intuito de melhorar a dinâmica de funcionamento e modernizando setores muito específicos e minoritários da sociedade, que, no caso, são os donos dos meios de produção, assim como os grandes proprietários de terras. Os alimentos cultivados e o uso nas cadeias produtivas estão

majoritariamente associados a *commodities*, dando pouquíssima importância para outras culturas além destas que, nesse ponto, já são preteridas pelo agronegócio.

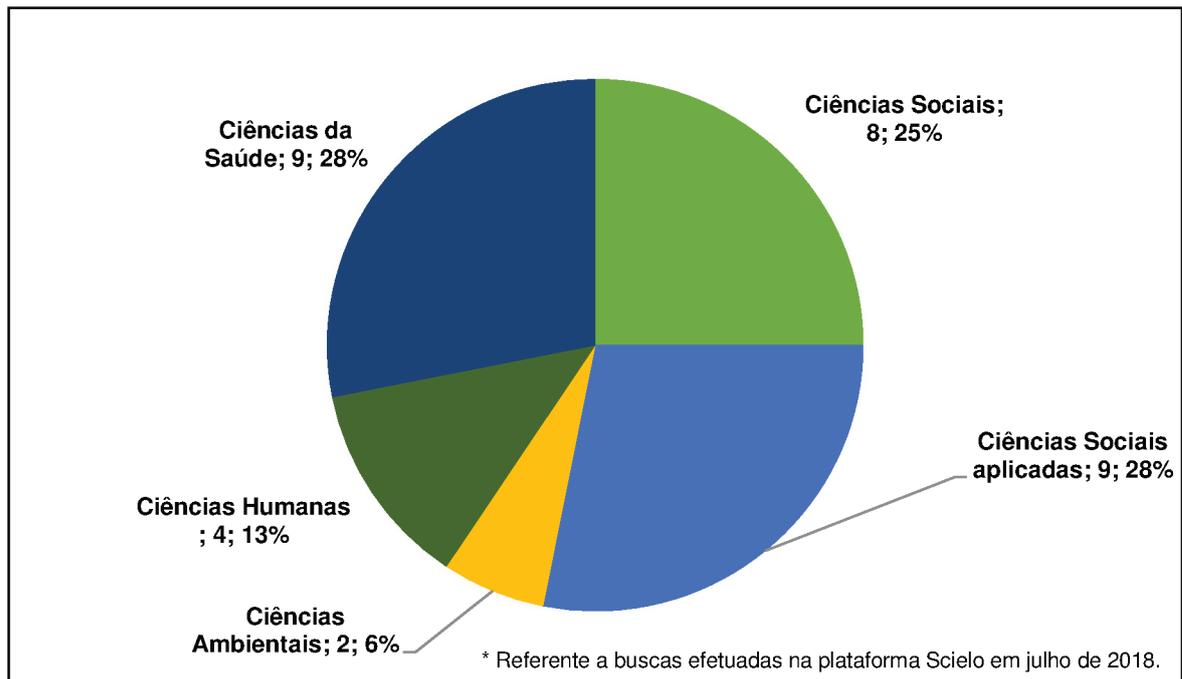
Fica claro o significado dessa palavra para esse grupo que, teoricamente não esboça análise crítica sobre o termo e por mais que na prática essa dinâmica possa não ser a síntese do que identificamos, o norte geral apontado a partir dessas pesquisas seria a produção em larga escala com uso de alta mecanização e modernização dos processos, assim como uma produção voltada para a exportação e para as *commodities* e acima de tudo hegemônica. O que fica explícito é que o sentido da palavra é remetido diretamente a uma produção de cunho capitalista, voltada para a produtividade máxima e não com sentido de abranger uma maior segurança alimentar, mas sim lucros cada vez mais altos e uma participação cada vez maior na economia brasileira.

CAPITULO 2- ATORES INVISÍVEIS

Este segundo capítulo é destinado a compreender aquelas pesquisas que compõe a outra metade que podemos verificar quando observarmos a figura 1, ou seja, as pesquisas que possuem análise crítica ao agronegócio. As suas características se diferenciam do primeiro grupo por um posicionamento crítico ao agronegócio, na maior parte das vezes apontando os problemas derivados desse modo de produção e as consequências de sua implantação no Brasil e nos territórios analisados. Esse grupo não se coloca necessária e totalmente contra o modo de produção do agronegócio, mas aponta suas falhas e suas contradições. Seguiremos com a mesma continuidade lógica de entender essas pesquisas, identificando onde se situam e como se define o agronegócio nessas pesquisas a partir dos principais temas e termos utilizados.

Em metade dos sessenta artigos analisados é possível verificar algum posicionamento crítico ao agronegócio (ver a figura 1). A grande questão colocada nesse ponto é que a abrangência de áreas do conhecimento que se dedicam a tecer críticas ao agronegócio é muito mais ampla. Enquanto o primeiro grupo se situa em praticamente duas áreas fundamentais, esse grupo se amplia para outras e ainda permanece, ainda que com menos expressividade, naquelas que historicamente possuem um caráter de defesa direta, como a Economia e Administração. Nesse sentido, aquelas que majoritariamente abordam o posicionamento crítico são as Ciências da Saúde (casos da Medicina e da Saúde Coletiva) e as Ciências Sociais (majoritariamente no ramo da Sociologia Rural e Política). Outras pesquisas aparecem nas Ciências Humanas (como História e Geografia), nas Ciências Sociais Aplicadas (casos da Administração, da Economia, do Serviço Social, do Direito e das Relações Internacionais) e, por fim, nas Ciências Ambientais. Esses dados estão demonstrados na figura 4:

Figura 3 - Concentração de áreas das pesquisas de cunho crítico ao agronegócio



Fonte: Dados da pesquisa referente a julho de 2018.

O foco das pesquisas e as abordagens que possuem são completamente diferentes daquelas que analisamos, pois, em primeiro lugar, se por um lado, a definição do agronegócio é em síntese a mesma que encontramos no primeiro grupo e se fala da hegemonia de culturas específicas, do uso de tecnologias, da exportação desses bens, da lucratividade como a essência geral do método, por outro, há divergências substanciais, uma vez que essas características listadas não são vistas como algo positivo, mas sim como a gênese dos problemas colocados nas pesquisas. Essas pesquisas possuem uma preocupação com os indivíduos envolvidos nesses processos, como os consumidores, os moradores de regiões produtoras e os trabalhadores, enquanto o primeiro grupo se dedica mais aos recursos produzidos, à gestão da produção e à alocação e à distribuição dos bens.

Em suma, a definição vai se diferenciar por quatro características principais sendo: 1) A visão de que as características que o agronegócio possui não são vistas de forma positiva para o desenvolvimento agrário e sustentável, tanto a nível ambiental quanto para a saúde mental e física dos consumidores e trabalhadores da área; 2) Os objetivos das pesquisas e suas motivações saem do campo do estudo da produção dos bens e alocação deles para o campo da preocupação com os atores sociais envolvidos no processo, trabalhando nas implicações dessas categorias mais gerais na vida das pessoas, os impactos no cotidiano da população trabalhadora

e também consumidora, tirando o foco dos grandes proprietários de terras, dos donos de grandes empresas e das companhias, focando nos grupos historicamente marginalizados; 3) Na maior parte dessas pesquisas existe uma preocupação em definir o agronegócio ainda que de maneira sintética e; 4) Na maior parte das pesquisas, o agronegócio não é visto como completamente hegemônico, mas sim, coloca-se um dualismo de modos de produção que buscam ganhar o espaço do outro e que coexistem, um de forma majoritária e com maior poder que é o agronegócio e, o outro, baseando-se na busca de resistir e se ampliar, composto pelos pequenos produtores familiares e a produção agroecológica.

Procurarei melhor explicar essas características ao longo das análises dos principais termos que aparecem nessas pesquisas para ficar mais claro de que forma isso é aplicado na produção da definição do agronegócio nesse grupo.

A definição direta do agronegócio nessas pesquisas é geralmente sintética, ou seja, feita em duas ou três linhas, no geral no início dos trabalhos, para explicar o ponto de partida a qual se desenha a argumentação em torno de um tema que diz respeito a algumas dessas características listadas. Ele é explicado nos termos técnicos de como funciona e atua, ou seja, é definido como a produção de commodities, a produção para a exportação, o uso de tecnologias, insumos agrícolas e a mecanização do campo, assim como uma produção de grandes empresas e proprietários de terras, mas sem deixar de lado o fato de que isso fez parte de uma “revolução” nos métodos tradicionais criadas por setores privados, ou seja, uma perspectiva histórica também atrelada que se associa a uma perspectiva crítica que demarca uma determinada posição.

Isso demonstra uma visão parecida com a que encontramos no primeiro grupo na síntese gerada ao final. Contudo, ela se limita a esse aspecto, uma vez que, ao longo dos trabalhos, as palavras com maior associação não são as mesmas encontradas no primeiro grupo. Ou seja, a definição desse segundo grupo parte daquela tirada, primeiramente com complementos críticos, algumas divergências comparadas e um atrelo histórico da criação do agronegócio. Como Leite e Souza (2015) destacam em sua pesquisa, o agronegócio ganha algumas linhas para ser explicado no início do texto e vem com características tanto técnicas, quanto históricas de sua criação e uma perspectiva crítica marcada, quando falado que essa definição explicitada vem de uma das perspectivas existentes, no caso, a de mercado:

O conceito de agronegócio, na perspectiva do mercado, representa o enfoque “moderno” que considera todas as empresas que produzem, processam, e

distribuem produtos agropecuários. Santos destaca as transformações que a agricultura vem passando, de uma concepção tradicional para a moderna, lançando mão do exemplo da expansão das agroindústrias e da racionalidade do aumento da produção e do mínimo custo com o uso dos recursos de mecanização [...] (LEITE E SOUZA, 2015)

Demonstro então que as definições que buscamos encontrar aqui não são as características apenas principais do funcionamento desse modo de produção e das cadeias produtivas, já que para além de apenas uma definição histórica, mas que envolve também o simbólico, o implícito, aquilo que é associado ao agronegócio com mais frequência em cada grupo e como é abordado, o que gera a visão do autor sobre a questão do desenvolvimento rural a fim de marcar posição, seus interlocutores e os alvos dessas pesquisas e seus objetivos. Isso, ao identificar padrões de uso e de temas abordados nesse segundo grupo, é completamente diferente do primeiro. A preocupação em definir esse termo a princípio já é uma diferença grande, uma vez que o primeiro grupo parte do pressuposto de que o agronegócio sendo hegemônico ele já é aceito e conhecido, e não há outras perspectivas sobre ele, tornando desnecessária a sua definição. O segundo, já parte do princípio de que, ao falar do agronegócio, estamos falando de um dos modos de produção existentes, de uma perspectiva específica e que logo torna-se pertinente a sua definição inicial e o seu significado, ainda que sintético. É ainda um uso necessário para demarcar a perspectiva a qual essas pesquisas partem.

Nesse sentido, os termos que aparecem no primeiro grupo como *commodities*, cadeias produtivas, modernização e uso de tecnologias, defensivos agrícolas entre outros, também aparecem neste grupo. Porém quando se refere à lógica do agronegócio não necessariamente se usa esses termos ao se falar de outras estruturas ou de uma nova forma de gerir esses processos e, majoritariamente, quando usados, possuem o teor da crítica. A questão, como já foi explanado, é o uso simbólico desses termos em cada um dos grupos e quais temas são vistos como mais relevantes. Termos como economia e produtividade estão presentes, pois essas pesquisas não deixam as categorias do outro grupo descobertas no debate, mas sim as incorpora no debate a partir de perspectivas diferentes. A tabela abaixo representa as regularidades que os termos analisados ao longo do texto apresentam nos trabalhos deste grupo.

Tabela 2 - Recorrência de termos nas pesquisas de cunho crítico ao agronegócio referente a buscas realizadas em julho de 2018 – Referente à trinta e duas pesquisas analisadas

Termo	Quantidades de pesquisa em que aparece	Porcentagem
Economia	25	78,12%
Commodities	17	53,12%
Produtividade	20	62,5%
Competitividade	7	21,87%
Agricultura familiar e pequeno produtor	25	78,12%
Agrotóxicos e transgênicos	26	81,25%
Defensivos agrícolas, insumos agrícolas ou melhoramento genético	19	59,37%
Cadeia Produtiva	10	31,25%
Saúde (Relacionada à saúde humana)	25	78,12%
Meio ambiente e sustentabilidade	26	81,25%
Trabalhador	29	90,62%
Logística	6	18,75%
Tecnologia	23	71,87%
Reforma agrária	17	53,12%
Agronegócio quando aparece mais que três vezes ao longo do texto	30	93,75%

Fonte: Dados da pesquisa referente a julho de 2018.

Como primeiro termo identificado nas pesquisas e alvo direto de muitas pesquisas encontramos a Saúde. A questão da saúde é relatada como um dos temas que mais aparecem devido a seu próprio atrelo com a quantidade de pesquisas da área que foram analisadas. Os temas variam entre a saúde dos trabalhadores do ramo do agronegócio, a segurança alimentar e os consumidores dos produtos, o impacto dos agrotóxicos, entre outros. É interessante ressaltar que mesmo que muitas das pesquisas não tratem diretamente sobre a questão da saúde, ou seja estão situadas em outras áreas do conhecimento, a saúde possui uma relevância significativa. Ou seja, ainda que não se fale diretamente da saúde, quase todas as problemáticas apontadas nas pesquisas tangenciam algum tema que se relaciona à saúde mental e física dos trabalhadores deste modo de produção, ao impacto ambiental, à segurança alimentar, ao que isso afeta na saúde das pessoas no geral e ao consumo de produtos os quais incidem as novas tecnologias, como modificação genética, agrotóxicos e fertilizantes majoritariamente.

Como exemplo de trabalho que se relaciona diretamente à saúde vemos o artigo de Costa (2017) que trata sobre a morte por exaustão de trabalhadores da região de Ribeirão Preto com a produção de cana pelas indústrias sucroalcooleiras. A autora destaca em seu resumo que:

Foram realizadas entrevistas com familiares (pai, mãe, esposa ou viúva, irmão) para se conhecerem as condições de saúde do(a) trabalhador(a) ao partir para o trabalho no corte de cana-de-açúcar. Com base nessa metodologia, os resultados alcançados permitem manter a hipótese de que a morte por exaustão está presente também no setor sucroalcooleiro. (COSTA, 2017, p. 105)

Como exemplo de trabalho que tangencia o tema, vemos o artigo de Naves e Reis (2017) que trabalham a temática da resistência das práticas de agroecologia no Brasil, e que, mesmo sendo um trabalho das áreas de Administração e Economia, não deixa de citar ainda que brevemente a questão da saúde:

Além disso, seus sistemas produtivos utilizam venenos nas monoculturas que, por sua vez, se configuram como riscos à saúde humana (câncer, autismo, por exemplo). [...]. Assim, contestam, alteram, desmistificam visões conservadoras e hegemônicas sobre relações sociais e de produção, tanto no campo quanto na cidade, bem como sobre educação, saúde, tecnologia e política [...] (NAVES E REIS, 2017)

A saúde traz abordagens acerca do cotidiano, da vida e dos impactos majoritariamente sobre aqueles grupos que essas pesquisas costumam definir como “invisíveis”, falando dos trabalhadores rurais, mulheres e pequenas comunidades e não esquecendo também da população no geral, consumidora, afetada por esses problemas. O foco aqui muda, quando comparado ao primeiro grupo que se detinha em suas pesquisas a colocar seu objeto a partir da ótica dos grandes proprietários, empresas, indústrias e seus respectivos donos. Abarca-se, portanto, a população no geral, o que amplia seu alvo a toda população, sem restrições, incluindo até mesmo aqueles os quais o primeiro grupo abarca. Podemos afirmar que os objetivos do primeiro grupo se colocam a partir da melhora do subjetivo, ou seja, aquilo que foi criado pelo homem, o agronegócio, a economia, o lucro. Por sua vez, os trabalhos do segundo grupo se detêm no concreto, nas pessoas e seu cotidiano, aquelas que no geral são encaradas em uma lógica numérica que define o agronegócio como o processo de disposição de bens e sua expansão. Daí a caracterização de invisíveis, pois são ocultadas pelo processo de produção.

Outro termo constantemente abordado é o meio ambiente. A preocupação com o meio ambiente é alvo direto de muitas das pesquisas encontradas, possivelmente devido à incidência de trabalhos de áreas como as Ciências Ambientais e Geografia. Contudo, esse aspecto não deixa de ser citado na maior parte das pesquisas, mesmo quando o assunto tratado no trabalho não diz respeito à proteção ambiental. Os principais alvos temáticos dizem respeito à expansão da fronteira do agronegócio e aos impactos ambientais causados nas áreas. Esses impactos vão da contaminação por químicos da água, do desmatamento e da modificação geoespacial e, principalmente, a crítica ao método o qual o agronegócio se coloca como pioneiro, que é a monocultura para exportação, entre outras questões. Como o trabalho das Ciências Ambientais de Checoli, et al (2016) aponta:

Pesquisadores da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) subsidiaram uma estratégia de gestão participativa, visando o planejamento e implantação de um plano de recuperação de área degradada (PRAD) em área de preservação permanente degradada pelo uso agrícola, na bacia hidrográfica do rio São Lourenço, em Campo Verde, município de destaque no agronegócio mato-grossense e brasileiro. (CHECOLI et al, 2016, p. 117)

Como o trabalho de Costa, Silva e Santos (2014) da área da Saúde Coletiva aponta tangenciando o tema:

Os dados sinalizam para a (in) sustentabilidade ambiental e humana do agronegócio canavieiro, desmistificando, dessa forma, a doçura da cana e a pureza do etanol produzido no Brasil, uma vez que tal produção é fortemente marcada por condições perversas, cujas consequências sociais tem sido a depredação do meio ambiente, a destruição da flora e da fauna, a exploração do trabalho e dos trabalhadores marcados neste processo com o signo do adoecimento e não raramente da morte. (COSTA, SILVA E SANTOS, 2014, p. 3971)

A questão ambiental vem sempre atrelada também aos trabalhos da saúde como consequência da devastação ambiental, colocando a saúde como preocupação primordial aos danos ambientais que os métodos do agronegócio se utiliza. Percebemos então que os grandes alvos das pesquisas que tratam do meio ambiente se remetem quase sempre à questão humana que esses métodos e relações proporcionam, A preocupação ambiental com os danos à natureza e o prejuízo disso são pouco vistos sem atrelo e apelo à saúde da população que vive próxima às áreas de cultivo e contaminação, por exemplo. Como o trabalho de Oliveira, et al (2018) que

tem como título “Processo sócio-sanitário-ambiental da poluição por agrotóxicos na bacia dos rios Juruena, Tapajós e Amazonas em Mato Grosso, Brasil”, publicado na revista “Saúde e sociedade” da área da Saúde Coletiva assinala em seu resumo:

A aplicação deste modelo interpretativo ampliado permitiu expandir o olhar científico, incorporando aspectos indispensáveis para a compreensão do impacto negativo dos agrotóxicos à saúde e ao ambiente e para construção de ações coletivas de prevenção de doenças e promoção da saúde no contexto do agronegócio brasileiro. (OLIVEIRA, et al, 2018, p. 573)

A sustentabilidade é um outro termo associado que aparece nos trabalhos para falar sobre o meio ambiente com frequência, mas tratando também da sustentabilidade do trabalho, da saúde, dos povos que vivem próximos as áreas cultivadas pelo agronegócio e até econômica, como o trabalho de (BORLACHENCO; GONCALVES, 2017) demonstra:

O Programa MS mais sustentável tem como principal objetivo proporcionar apoio à regularização ambiental de imóveis rurais com passivos ambientais em APP, RL ou de Áreas de Uso Restrito, com vistas a uma maior sustentabilidade socioeconômica e ambiental de MS. (BORLACHENCO; GONCALVES, 2017)

O conceito de trabalho aparece com frequência nas pesquisas, principalmente naquelas situadas nas áreas das Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas, sendo uma categoria de grande relevância para essas ciências. Uma das questões colocadas aqui é que, para o primeiro grupo, esse conceito é muito pouco explorado e quando aparece nas pesquisas não é utilizado partindo dos mesmos princípios e objetivos que o segundo grupo. Isso significa que das poucas vezes em que se fala de trabalho no primeiro grupo, ele aparece atrelado à massa assalariada ligada à produção de capital. Enquanto que no segundo grupo o termo já é visto majoritariamente em uma perspectiva mais protagonista da classe trabalhadora de fato, buscando se aproximar de seu olhar e seu cotidiano. Nesse sentido, o termo trabalho é utilizado de forma a mostrar as condições de trabalho no agronegócio (seja nas indústrias ou nas lavouras), em todos os processos das cadeias produtiva e nas relações de trabalho e saúde, trabalho e direitos trabalhistas, demonstrando uma preocupação com os trabalhadores nessas esferas colocadas não apenas nos números que representam, mas também a partir de suas perspectivas simbólicas.

Duas das principais características deste grupo aparecem com maior intensidade atrelada a essa categoria. A primeira é a visão negativa sobre a temática tratada, no caso o trabalho no agronegócio, e que é demonstrada por todas as pesquisas encontradas que tratam

diretamente deste termo, e, a segunda, a visão dos trabalhadores como protagonistas da pesquisa. Diferenciando-se do objetivo do primeiro grupo que majoritariamente eram os grandes proprietários e empresários do ramo industrial e de serviços, o foco é modificado para outros atores sociais, como porta vozes deles sempre se colocando em defesa da classe trabalhadora e de seus direitos. Nessa linha de pensamento o trabalho de Barros (2018) da área das Ciências Sociais explicita bem esse posicionamento

Os fazendeiros se associam subordinadamente às corporações do capital financeiro e dispõem de grandes extensões de terra, da depredação do meio ambiente e da superexploração do trabalho agrícola, muitas vezes com uso da força em condições análogas ao trabalho escravo. (BARROS,2018)

Leite e Souza (2015) em seu trabalho, que embora seja da Saúde Coletiva, não deixam de traçar uma associação entre saúde e trabalho, analisando seus impactos e identificando dados negativos para essa relação: “O estudo analisa os impactos que o trabalho nas empresas de fruticultura irrigada, instaladas na região da Chapada do Apodi, Ceará, exerce sobre a saúde das mulheres” (LEITE e SOUZA, 2015, p. 63).

O trabalho é aqui então visto como prática cotidiana de desempenho daqueles que não possuem seu próprio método de trabalho e de produção e ficam então a mercê da venda da sua força de trabalho para grandes proprietários de terra, latifundiários, empresas e indústrias ligadas a diversas cadeias produtivas do agronegócio. Assim como o trabalho, o agrotóxico também vem com uma conotação diferente nessas pesquisas e até o uso da palavra já traz mais explícito o que sugere. Se nas pesquisas do primeiro grupo a palavra agrotóxico quase nunca era usada, ainda que citada de outras maneiras, como defensivos agrícolas, aqui ela é usada com grande frequência e nunca travestida por eufemismos. Como partem do princípio de atores sociais diferentes, prioritariamente os trabalhadores do agronegócio, a temática mais abordada é a do manuseio e contato excessivo por parte dos trabalhadores com essas substâncias.

Nesse sentido é visível que é colocada uma oposição a esses métodos e se explicita, ao longo dos trabalhos, a oposição de métodos em disputa no desenvolvimento rural brasileiro, bem como a qual o uso de agrotóxico se insere, que no caso é o agronegócio. O mesmo vale para os transgênicos e outros insumos químicos. O trabalho de Rodrigues e Costa (2018) explicita bem a questão do eufemismo colocado nas palavras e na diferença que existe entre os dois grupos ao explicar o termo “defensivos agrícolas” utilizado por um instituto de pesquisa:

A principal fonte de dados existente para tanto é a Pesquisa Industrial Anual (PIA), desenvolvida anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Para o estudo, foram selecionados dados relativos ao grupo de “fabricação de produtos químicos”, e dentro deste: as classes de “fabricação de produtos farmacêuticos e farmoquímicos”; “fabricação de defensivos agrícolas” (agrotóxicos) [...] (RODRIGUES e COSTA, 2018, p. 5)

Assim como o trabalho de (RIGOTTO et al, 2012) apresenta a preocupação do uso do agrotóxico em um contexto específico, não generalizando seu uso em seu resumo:

Configurou-se oito lições aprendidas sob a perspectiva dos direitos à saúde a um ambiente saudável, aqui compartilhadas: (1) para além de um risco químico isolado, a relação entre agrotóxicos e saúde deve ser estudada no contexto da modernização agrícola conservadora [...] (RIGOTTO et al, 2012, p. 1533)

Isso significa que esses termos têm frequências de uso e conotações diferentes ao serem usados em cada um dos grupos majoritariamente. Como esse grupo dispense seus objetivos a atender categorias afetadas de diversas formas pelo uso dessas tecnologias, o uso explícito do termo, sem eufemismo, se torna uma demarcação de posição, para quem se fala, quem se pretende atingir e o impacto que a informação causará ao ser apreendida pelo leitor. Valendo a mesma tática para aqueles que suavizam o termo a fim de causar menos afastamento ou desconforto com a informação que quer ser passada. As pesquisas que possuem um posicionamento crítico acerca do agronegócio buscam utilizar-se dos termos em sua forma mais cristalina e nítida, uma vez que em todos os casos encontrados nos dados obtidos nas pesquisas apontavam uma problemática social da utilização dessas tecnologias e, em síntese, uma visão negativa.

Assim como o termo agrotóxico sugere um dualismo ao compreender que seu uso nessas pesquisas é relatado ao uso por parte de um dos modos de produção, ou seja ligado a um tipo específico de desenvolvimento rural no Brasil, o agronegócio. Ao se falar dos pequenos produtores, produtores familiares e movimentos sociais, como o MST majoritariamente, esse dualismo e disputa de modos de produção se torna mais evidente. Se, por um lado, as pesquisas que sustentam o agronegócio falam sobre essas propriedades como terrenos novos a serem adentrados pela modernização e tecnologia e da hegemonia de um modo de produção, por outro, as pesquisas que se posicionam críticas ao agronegócio falam da resistência, da luta e reivindicação de formas alternativas ao agronegócio de produzir. Falam sobre a disputa que há

hoje no Brasil, a partir de contornos mais nítidos, entre modos de produção e da perspectiva de quebra da hegemonia do agronegócio

Todas as pesquisas que tratam de formas alternativas de produção, ou de atores sociais que não estão diretamente ligados a cadeia produtiva do agronegócio frisam a importância da existência e da resistência desses atores Aquino, Gazolla e Schneider, (2018) explicitam isso no resumo de seu artigo, que trata diretamente sobre a questão do dualismo no campo da área das Ciências Sociais

De maneira geral, o trabalho mostra que há um marcante dualismo econômico e político entre a agricultura familiar e a agricultura patronal/agronegócio em constante disputa por fundos públicos no Brasil, levando à adoção de visões generalizantes pautadas em médias estatísticas dos indicadores censitários que tendem a desviar o foco das desigualdades gritantes prevalentes no campo nacional. (AQUINO, GAZOLLA e SCHNEIDER, 2018)

Grande parte desse debate como mostrado no trecho acima, demonstra a desigualdade social no campo e o pouco investimento que há no desenvolvimento dessas propriedades e formas alternativas de produzir.

Outros trabalhos que não tratam diretamente da questão do dualismo enquanto teoria do trabalho, demonstram essa dualidade ao sugerir as relações nesse formato, O trabalho de Pessoa e Rigotto (2012) trata da visão dos trabalhadores que compreendem as relações com o dualismo, como demonstrado a seguir em um trecho do depoimento de um trabalhador rural:

A principal fonte de renda é a agricultura. A maior parte da população sobrevive do agronegócio, pouca gente faz a agricultura familiar.

Antes era tirar lenha [...] depois os projetos começaram a chegar [...] e hoje em dia [...] para você tirar lenha é uma dificuldade, agora você tem que ir para o fim do mundo, porque é tudo plantação, plantação, plantação, aonde sua vista alcança e esses trabalhadores, eles principalmente, *estão em contato com esses maiores riscos [...] e ninguém está [...] prestando atenção para isso, nem os próprios trabalhadores.* (DEPOIMENTO..., apud PESSOA e RIGOTTO, 2012, p. 68). Transcrito no formato original.

Nesse sentido, a visão sobre os pequenos produtores, a agricultura familiar, a agroecologia e os movimentos sociais é diferente da apresentada no primeiro grupo, uma vez que são colocados aqui como protagonistas de um movimento em reação ao avanço do agronegócio e é reafirmada a desigualdade e a disputa que há, em contraponto com a visão de que esses atores são números que devem ser alcançados pelo movimento hegemônico.

Por fim, temos a temática da Reforma Agrária aparecendo neste grupo, ainda que não apareça em nenhuma citação em trabalhos do primeiro grupo analisado. Quando os trabalhos

do segundo grupo apresentam problemáticas incisivas provindas do agronegócio e sua atuação no Brasil, não deixam de apresentar algumas soluções e propostas de intervenção e melhoramento destes processos. A Reforma Agrária é um deles, que tem sido firmemente pautada e presente até mesmo antes de se idealizar o agronegócio no Brasil e no Mundo. Seus apontamentos principais vem no sentido de melhor distribuir as terras, diminuir a desigualdade social no campo, melhorar o trabalho e a relação do homem com a terra, para além de uma melhora na própria produtividade. Assim como o trabalho de Costa, Silva e Santos (2014) da área da Saúde Coletiva apresenta:

Para tanto se torna necessário retomar a questão em torno da questão agrária e da necessária reforma agrária que não passe apenas e exclusivamente pelo acesso a terra (e terras inférteis), mas pelo acesso a condições de vida e de trabalho no campo, que atenda aos padrões de dignidade socialmente aceitos. (COSTA SILVA e SANTOS, 2014, p. 3978)

Todos esses termos juntos são também trabalhados na perspectiva econômica, que não é deixada de lado nessas pesquisas. Não se trata de colocar a economia como objetivo final, mas sim de mostrar que processos de melhoramento e de crítica a como isso tem sido feito, mas de avançar na construção de caminhos a serem seguidos para a implementação de um desenvolvimento rural mais humano e menos estatístico apenas. O artigo de Guanziroli, Buainain e Di Sabbato, 2012), da área da Economia, apresenta essa posição de relevância que a economia possui nesses trabalhos sem, contudo, deixar de lado as temáticas e propostas que mais aparecem e são tratadas no geral.

Em segundo lugar, o trabalho revelou uma agricultura familiar muito mais robusta e relevante do ponto de vista econômico e social do que aquela que era apresentada pela visão dominante da "pequena produção de subsistência". (GUANZIROLI, BUAINAIN e DI SABBATO, 2012)

Ou seja, esse grupo articula as ideias a fim de não tomar o agronegócio como única fonte de desenvolvimento econômico e como a única forma de alavancar o desenvolvimento rural no Brasil. Ao fazer-se a crítica ao modelo, não se nega as afirmações do primeiro grupo, mas mostra por outras perspectivas, áreas do conhecimento e visões, outras formas de pensar o agronegócio. A economia também é relevante para este grupo, mas não a única esfera que deve ser levada em consideração. Essa diferença de perspectiva se altera ao vermos que majoritariamente os grupos críticos possuem interlocutores diferentes daqueles trabalhados no

grupo que assume posição de defesa ao agronegócio. Essa diferença altera toda a perspectiva a ser trabalhada e a forma com que é desenvolvida ao compararmos as duas.

CONCLUSÃO

É partir de todas essas discussões que identificamos que as pesquisas científicas possuem uma visão de mundo intrínseca em si. O que não é uma novidade do ponto de vista analítico, uma vez que não há como separar as esferas de pensamento dos textos científicos, não há também como ignorar os aprendizados ao longo da vida e, muito menos, tratar os objetos de estudo como algo inanimado, o qual haveria uma separação total do pesquisador com o objeto. Falamos, portanto, de sistemas criados pela própria sociedade ou sobre os atores dela, por isso todas as concepções são baseadas em metodologias, pressupostos, referências e, acima de tudo, escolhas. As escolhas vão desde a realidade concreta a qual está inserido e a perspectiva sobre ela até a escolha do objeto a ser pesquisado, do interlocutor e para quem se está falando. Assim, ao falar do desenvolvimento de uma planta e um patógeno nela ou de um movimento social, todos estão inseridos em uma sociedade que os produz, que os racionaliza, e em que são interdependentes.

Para quem eu produzo tal produto? Para que quero melhorar a logística de uma cadeia produtiva? Por que debater a agroecologia? O que me faz ver o agronegócio como algo a ser desenvolvido ou repensado? A quem serve a minha pesquisa? São perguntas que me rondaram ao longo de todo este trabalho, sem, contudo, questionar a legitimidade de nenhuma delas. A questão aqui colocada foi em torno de identificar os caminhos propostos, os debates, divergências, e atores sociais envolvidos. O objetivo foi para que tenhamos mais clareza dos projetos e teses que estão em disputa hoje no meio acadêmico entendendo a importância que isso tem de gerar ações práticas na realidade concreta. É a partir disso que se constrói e reconstrói as relações sociais e como elas são vistas hoje na nossa sociedade.

Percebemos uma equidade na quantidade da produção dos projetos em disputa. De um lado, verificamos pesquisas com um viés de defesa e apoio ao modelo majoritariamente vigente de desenvolvimento rural no Brasil incentivado por setores específicos da sociedade, como grandes empresários, latifundiários, e projetos políticos. De outro, pesquisas que vão de encontro com outros atores, dando visibilidade àqueles que não são tratados majoritariamente pelo outro lado, como os trabalhadores, as mulheres, os movimentos sociais, outros modos de produção e os pequenos produtores. Apesar dessa equidade em produção pelos lados colocados, a prática é desigual e algumas pesquisas recebem mais relevância e legitimidade do que outras. Aquelas que tratam dos atores “invisíveis” apesar de colocarem firmemente sua perspectiva em

disputa, na realidade concreta, não as vemos concretizadas em políticas e legitimidade social como as outras.

As temáticas trabalhadas e a forma a qual são desenvolvidas são muito diferentes apesar de concordarem com a definição técnica acerca do agronegócio. Os métodos de um lado são mais estatísticos e numéricos, com objetos mais subjetivos, como a economia, uma cadeia produtiva, o lucro. De outro, o foco são pessoas, grupos, seus sofrimentos e anseios, a preocupação com a saúde, o ambiente e a influência desses impactos. Portanto, suas questões são mais concretas do ponto de vista daqueles que são maioria e vivem diariamente na pele essas constatações científicas. Ao desenvolver um trabalho sobre a contenção de determinado patógeno, por exemplo, e se sugere um método de solução para esse problema voltado para a realidade do agronegócio, visa atingir majoritariamente aqueles que possuem o capital para se investir na técnica. Porém onde se colocam aqueles que não possuem essas mesmas condições? São escolhas que se desenvolvem e são feitas por diversas motivações, mas as tendências e panoramas já demonstrados permitem afirmar que há influências e legitimidades em disputa, afinal são escolhas que influenciam e impactam diretamente na vida profissional e pessoal dos pesquisadores.

Outra característica muito evidente é a abrangência de áreas que os dois grupos se alastram, no primeiro concentrando-se em áreas do conhecimento mais limitadas e o outro se desenvolvendo com uma amplitude maior. O grupo que se posiciona no sentido de mostrar que há questões a serem pensadas, para além do processo técnico, administrativo e econômico, se expande para diversas áreas inclusive aquelas que estão mais presentes nas pesquisas de cunho não crítico ao agronegócio. Ao passo que as de cunho não crítico se concentram em uma quantidade menor de áreas. A questão é de que há trabalhos que se dedicam mais fortemente a pensar questões que vão além da pura gestão dos lucros e produtividade, que vão mais incisivamente pensar nos impactos em esferas que se velam por trás de índices, gráficos e números, que buscam mostrar que, acima de tudo, essas relações econômicas são relações sociais. O agronegócio não é meramente um modo de produção deste ponto de vista, mas sim, parte da vida cotidiana de toda a sociedade atingindo e participando da nossa realidade dia a dia.

Em síntese, o que está colocado para nós é que há uma tendência de estudo de atores sociais diferentes e é claro e visível os atores sociais envolvidos e protagonistas de cada grupo. Há, além disso, problemáticas em ver que, na prática, são poucos os atores sociais que são protagonistas das realizações concretas. Não há uma colaboração, ou participação muito forte

que vise construir em conjunto, com todos os próximos passos a serem tomados, a democracia das decisões ou que dê voz àqueles que historicamente foram excluídos da disputa de interesses ou que se tenha uma maior participação desses sujeitos a fim de construir caminhos mais democráticos a se seguir acerca do desenvolvimento rural no Brasil. Para isso, o debate deve ser levado para além dos muros na universidade, deve ser debatido em todas as esferas da sociedade e deve ser legitimado pelo povo para ser feito conseqüentemente por ele.

REFERÊNCIAS

- ALBIERO, Daniel et al. Turbina eólica para agricultura familiar do semiárido com inovações tecnológicas para baixas velocidades de vento. **Revista Ciência Agrônômica**, Fortaleza, v. 45, n. 1, p. 186-196, mar. 2014 . Disponível em: <http://www.Scielo.br/SciELO.php?script=sci_arttext&pid=S1806-66902014000100022&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 set. 2018.
- ANDRADES, T. O. de; GANIMI, R. N. Revolução verde e a apropriação capitalista. **CES Revista, Juiz de Fora**, v. 21, p. 43-56, 2007. Disponível em: <https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2018.
- AQUINO, Joacir Rufino de; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 56, n. 1, p. 123-142, mar. 2018. Disponível em: <http://www.Scielo.br/SciELO.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032018000100123&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 nov. 2018.
- ARTUZO, Felipe Dalzotto et al. Gestão de custos na produção de milho e soja. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 273-294, abr. 2018. Disponível em: <http://www.Scielo.br/SciELO.php?script=sci_arttext&pid=S1806-48922018000200273&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 ago. 2018.
- BARROS, Ilena Felipe. O agronegócio e a atuação da burguesia agrária: considerações da luta de classes no campo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 131, p. 175-195, abr. 2018. Disponível em: <http://www.Scielo.br/SciELO.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282018000100175&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 out. 2018.
- BORLACHENCO, Natascha Góes Cintra; GONCALVES, Ariadne Barbosa. Expansão agrícola: elaboração de indicadores de sustentabilidade nas cadeias produtivas de Mato Grosso do Sul. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 18, n. 1, p. 119-128, mar. 2017 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122017000100119&lng=en&nrm=iso> . Acesso em: 24 out. 2018.
- BRASIL. Lei Federal 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 jun. 2006a, p. 1. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11326-24-julho-2006-544830-norma-pl.html>>. Acesso em: 25 set. 2018.
- BRASIL. Lei Federal nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 dez. 2006b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11428.htm>. Acesso em: 25 set. 2018.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Coordenação-geral de Comunicação Social. Agropecuária puxa o PIB de 2017. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Brasília, DF, 04 dez. 2017. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/noticias/agropecuaria-puxa-o-pib-de-2017>. Acesso em: 25 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Coordenação-geral de Comunicação Social. Superávit de US\$ 81,86 bilhões do agronegócio foi o segundo maior da história. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Brasília, DF, 16 jan. 2018. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/noticias/superavit-de-us-81-86-bilhoes-do-agronegocio-foi-o-segundo-maior-da-historia>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

BRASIL. Planalto. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutrição. Conceitos. Brasília, DF, [201?]. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/acesso-a-informacao/institucional/conceitos>>. Acesso em 23 jul. 2018.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - Casa Civil da Presidência da República. O que é a agricultura familiar. **Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - Casa Civil da Presidência da República**. Brasília, DF, 06 set. 2016. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-e-agricultura-familiar>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

BRIDA, Andressa Lima de et al. Variabilidade espacial de *Meloidogyne javanica* em soja. **Summa Phytopathologica**, Botucatu, v. 42, n. 2, p. 175-179, jun. 2016. Disponível em: <http://www.Scielo.br/Scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-54052016000200175&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 ago. 2018.

BRITO, Ricardo José Braga Amaral de. A luta camponesa e a repressão durante a Ditadura empresarial-militar (1964 -1985). **Revista Habitus: Revista de Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 72-87. 15 julho de 2015. Semestral. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus/article/viewFile/11454/8404>>. Acesso em: 13 agosto de 2018.

BROSSI, Camila et al. Estresse térmico durante o pré-abate em frangos de corte. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 39, n. 4, p. 1284-1293, jul. 2009. Disponível em: <http://www.Scielo.br/Scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84782009000400052&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 ago. 2018.

CHECOLI, Carlos Henrique Bonsi et al. Gestão participativa na recuperação de área degradada pela agricultura. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 28, n. 1, p. 117-130, abr. 2016. Disponível em: <http://www.Scielo.br/Scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132016000100117&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 nov. 2018.

COSTA, Cândida da. Morte por exaustão no trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, v. 30, n. 79, p. 105-120, abr. 2017. Disponível em: <http://www.Scielo.br/Scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792017000100105&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 out. 2018.

COSTA, Eliane Gomes Da; KLEIN, Amarolinda Zanela; VIEIRA, Luciana Marques. Análise da utilização de Tecnologias da Informação Móveis e Sem Fio (TIMS) na cadeia bovina: um estudo de caso no estado de Goiás. **REAd. Revista Eletrônica de Administração** (Porto Alegre), Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 140-169, abr. 2014. Disponível em: <http://www.Scielo.br/Scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-23112014000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 set. 2018.

COSTA, Polyana Felipe Ferreira da; SILVA, Marcelo Saturnino da; SANTOS, Solange Laurentino dos. O desenvolvimento (in) sustentável do agronegócio canavieiro. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 10, pp. 3971-3980, out. 2014. Disponível em:

<http://www.Scielo.br/SciELO.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014001003971&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 out. 2018.

DEZEMONE, Marcus. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 36, n. 71, pp. 131-154, abr. 2016. Disponível em: <http://www.Scielo.br/SciELO.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882016000100131&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 out. 2018.

GARCIA, Ademerval. A participação do setor privado na pesquisa científica. **Pesquisa FAPESP**. São Paulo, SP, ed. 27, dez. 1997. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/1997/12/01/a-participacao-do-setor-privado-na-pesquisa-cientifica/>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; BUAINAIN, Antonio Marcio; DI SABBATO, Alberto. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 50, n. 2, p. 351-370, jun. 2012. Disponível em: <http://www.Scielo.br/SciELO.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032012000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 nov. 2018.

GUILHOTO, Joaquim J. M. et al. A importância do agronegócio familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 44, n. 3, p. 355-382, set. 2006. Disponível em: <http://www.Scielo.br/SciELO.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032006000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 nov. 2018.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e economia do "agronegócio" no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, n. 74, p.159-176, out. 2010. Disponível em: <http://www.Scielo.br/SciELO.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092010000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 jul. 2018.

INFORMA ECONOMICS IEG – FNP. Pesquisa. **Informa Economics IEG – FNP**. São Paulo, SP, s.d. Disponível em: <<http://www.informaecon-fnp.com/pesquisa>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

LEITE, Magna Dias; SOUZA, Katia Reis de. Vigilância participativa em saúde do trabalhador e agronegócio no município de Lagoa da Confusão, Tocantins. **Cadernos Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 374-379, dez. 2015. Disponível em: <http://www.Scielo.br/SciELO.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2015000400374&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 out. 2018.

MOLINA, Rodrigo Sarruge; SANFELICE, José Luís. Ditadura e educação agrícola: A ESALQ/USP e a “gênese” do agronegócio brasileiro. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 39, n. 143, p. 321-341, jun. 2018. Disponível em: <http://www.Scielo.br/SciELO.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302018000200321&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 ago. 2018.

NAVES, Flávia; REIS, Yuna. Desenhando a resistência: estética e contra-hegemonia no movimento agroecológico no Brasil. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 309-325, jun. 2017. Disponível em: <http://www.Scielo.br/SciELO.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512017000200309&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 out. 2018.

OLIVEIRA, Luã Kramer de et al. Processo sócio-sanitário-ambiental da poluição por agrotóxicos na bacia dos rios Juruena, Tapajós e Amazonas em Mato Grosso, Brasil. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 573-587, jun. 2018. Disponível em:

<http://www.Scielo.br/Scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902018000200573&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 nov. 2018.

OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. Neutralidade da ciência, desencantamento do mundo e controle da natureza. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 97-116, mar. 2008. Disponível em: <http://www.Scielo.br/Scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662008000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 jul. 2018.

PESSOA, Vanira Matos; RIGOTTO, Raquel Maria. Agronegócio: geração de desigualdades sociais, impactos no modo de vida e novas necessidades de saúde nos trabalhadores rurais. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 37, n. 125, p. 65-77, jun. 2012. Disponível em:

<http://www.Scielo.br/Scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572012000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 nov. 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RIGOTTO, Raquel Maria et al. O verde da economia no campo: desafios à pesquisa e às políticas públicas para a promoção da saúde no avanço da modernização agrícola. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1533-1542, jun. 2012. Disponível em:

<http://www.Scielo.br/Scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000600017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 out. 2018.

RODRIGUES, Paulo Henrique Almeida; COSTA, Roberta Dorneles Ferreira da; KISS, Catalina. A evolução recente da indústria farmacêutica brasileira nos limites da subordinação econômica. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, e280104, mar. 2018. Disponível em:

<http://www.Scielo.br/Scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312018000100401&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 out. 2018.

SHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v.30, n.3, p. 511-531, set. 2010.

Disponível em: <http://www.Scielo.br/Scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000300009>. Acesso em: 24 jul. 2018.

SLUSZZ, Thaisy; MACHADO, João Armando Dessimon. Características das potenciais culturas matérias-primas do biodiesel e sua adoção pela agricultura familiar. In: ENCONTRO DE ENERGIA NO MEIO RURAL, 6, 2006, Campinas. **Proceedings online...** Disponível em:

<http://www.proceedings.Scielo.br/Scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000022006000100032&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 11 set. 2018.

TORRES, Osmar et al. Impacto da Implantação do Custo do Pedágio na BR-163 em Relação ao Transporte de Soja do Estado de Mato Grosso. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 55, n. 3, p. 533-550, set. 2017. Disponível em:

<http://www.Scielo.br/Scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032017000300533&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 ago. 2018.

